

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS- LITERATURA E
CRÍTICA LITERÁRIA

ODÁLIA BISPO DE SOUZA E SILVA

DICIONÁRIO: UMA ABORDAGEM DISCURSIVA

Goiânia,
2011

ODÁLIA BISPO DE SOUZA E SILVA

DICIONÁRIO: UMA ABORDAGEM DISCURSIVA

Dissertação de Mestrado apresentada como um dos requisitos para obtenção do título de mestre em Letras – Literatura e Crítica Literária pelo programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Orientador: Prof. Dr. José Ternes
Co-orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Albertina Vicentini.

**Goiânia,
2011**

ODÁLIA BISPO DE SOUZA E SILVA

DICIONÁRIO: UMA ABORDAGEM DISCURSIVA

Dissertação defendida no Curso de Mestrado em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, para obtenção do grau de Mestre, aprovada em 15 de março de 2011, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. José Ternes / PUC-Góias
(Orientador e Presidente da Banca)

Profa. Dra. Albertina Vicentini / PUC-Goiás
(Co-orientadora)

Profa. Dra. Alice Maria Ferreira de Araújo / UNB

Profa. Dra. Glacy Queirós de Roure / PUC-Goiás

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais por constituírem-se sempre como encorajadores das minhas decisões, respeitando-as, e ensinando-me, através dos exemplos, que é possível alcançar aquilo em que se acredita, embora as dificuldades, por vezes, colocam-se como quase intransponíveis;

Agradeço ao meu esposo Claudio, pelo amor incondicionalmente compartilhado, pela paciência que sempre teve ao privar-se da minha companhia em função das longas horas que estive envolvida com as minhas leituras e, principalmente, por nunca ter saído do meu lado.

À minha amada irmã Oneide que se tornou, em função dos obstáculos que a vida lhe ofereceu, um exemplo de força, superação, vontade de viver e que, indubitavelmente, fez com que eu visse a vida de outra maneira, com a dimensão que ela de fato possui e sentisse, cada vez mais, vontade de insistir, acreditando que tudo é possível aos que acreditam em Deus e lutam pelo que desejam.

Agradeço ao professor Dr. José Ternes pela orientação, pela leitura crítica e sempre precisa dos meus textos, pela amizade e respeito ao meu posicionamento investigativo, e também pelo exemplo de pesquisador e estudioso que tem sido para mim nos últimos tempos.

Agradeço imensamente à professora Dr^a. Albertina Vicentini não somente pela incansável orientação e todo o conhecimento compartilhado, mas principalmente por ter acreditado no meu projeto e aceitado, com esmero, a me auxiliar nos caminhos a serem percorridos.

À professora Dr^a. Alice Maria Araújo Ferreira que, apesar de não continuar na orientação direta deste trabalho, foi a responsável pelo seu pontapé inicial. Sou eternamente grata pelos momentos tão significativos em que ficávamos dialogando

sobre as possibilidades de pensar uma pesquisa que não se desvinculasse da minha paixão pelas questões do discurso.

Agradeço aos professores do programa de pós-graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, bem como aos companheiros da turma 2009/1, pois quando passei pelos momentos mais difíceis da minha vida em função de uma tragédia que envolveu a minha família, recebi o carinho, o amparo e a tolerância de todos, especialmente da professora Dr^a. Maria de Fátima, coordenadora do curso.

RIOS SEM DISCURSO

Quando um rio corta, corta-se de vez o discurso-rio de água que ele fazia; cortado, a água se quebra em pedaços, em poços de água, em água parálitica.

Em situação de poço, a água equivale a uma palavra em situação dicionária: isolada, estanque no poço dela mesma, e porque assim estanque, estancada; e mais: porque assim estancada, muda e muda porque com nenhuma comunica, porque cortou-se a sintaxe desse rio, o fio de água por que ele discorria.

O curso de um rio, seu discurso-rio, chega raramente a se reatar de vez; um rio precisa de muito fio de água para refazer o fio antigo que o fez. Salvo a grandiloquência de uma cheia lhe impondo interina outra linguagem.

Um rio precisa de muita água em fios para que todos os poços se enfrasem: se reatando, de um para outro poço, em frases curtas, então frase e frase, até a sentença-rio do discurso único em que se tem voz a seca ele combate.

(MELO NETO, João Cabral de. In: *A educação pela pedra*. Rio de Janeiro: José Olympio. 1979, p. 26)

RESUMO

O objetivo proposto para esta pesquisa foi compreender como o dicionário produz e veicula discurso. Nesse caso, procurou-se discutir e colocar em xeque a possibilidade de transparência dos sentidos que aparecem transpostos no dicionário, reconhecendo que sua reatualização e transformação evidencia sua historicidade, bem como a inserção de um sujeito lexicográfico em determinado contexto sócio-histórico. O estudo priorizou explicitar o modo como os dicionários estão estruturados e o que revelam da sociedade e da cultura em que se encontram imersos os sujeitos lexicográficos envolvidos em sua produção. Foi embasado, sobretudo, na pressuposição de que o dicionário constitui-se como discurso de discurso. Para explicitar o entendimento que se adotou para discurso neste trabalho, propôs-se uma revisão teórica de autores que trazem a enunciação para o centro da discussão e colocam os sujeitos como significativos no processo de construção de sentidos, tais como E. Benveniste, M. Bakhtin, Pêcheux, M. Foucault e D. Maingueneau. Nesse sentido, foram tomados os enunciados lexicográficos a partir das entradas *democracia*, *mulher*, *com* e *amar*, nos dicionários *Pequeno Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa*, publicado em 1964, *Aurélio Século XXI*, publicado em 1999 e *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, publicado em 2001, como discursos complexos, analisando a relação entre sentido e historicidade. Além disso, também foi feita uma análise dos prefácios e nota editorial do *Aurélio Século XXI*, procurando evidenciar a imagem que seus enunciadores apresentam para o fazer dicionarístico, bem como o entendimento que têm de língua e do consulente do dicionário. No processo analítico desta pesquisa, observou-se que o modo como cada enunciado lexicográfico constrói sentidos é diferenciado, tendo em vista que as diferentes condições de produção ganham sentidos na historicidade do dizer, o que permite pensar que sujeitos e sentidos podem se movimentar na história. Com isso, pretendeu-se contribuir com a ampliação dos estudos do dicionário, conduzindo a reflexões sobre a lexicografia discursiva.

Palavras-chave: Lexicografia; Sujeito; Discurso; História; Sentido.

ABSTRACT

The main purpose for this research was to understand as the dictionary produces and propagates speech. In this in case , it was looked to argue and to put in check the possibility of transparency of the directions that appear transposed in the dictionary, recognizing that its renovation and transformation shows its historicity , as well as the insertion of a lexicographical subject in determined socio-historical context . The study it prioritized to explain the way as the dictionaries are structuralized and what they reveal of the society and culture in which lexicographical subject are immersed involved in its production. It was based mainly on the assumption that the dictionary is constituted as a discourse of speech. To clarify the understanding that was adopted for the speech in this work, it presents a theoretical review of authors who bring the enunciation to the center of the discussion and put the subject as significant in the process of meaning construction, such as E. Benveniste, M. Bakhtin, Pêcheux, M. Foucault and D. Maingueneau . Accordingly, we took the lexicographical enunciate from entries *democracy*, *woman*, *with and love* in dictionaries *Pequeno Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa*, published in 1964, *Aurélio Século XXI*, published in 1999 and *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, published in 2001, as complex speeches, analyzing the relationship between meaning and historicity. In addition, an analysis was made of the prefaces and editorial notes of *Aurélio Século XXI*, seeking to highlight the image that your enunciators present to do dictionary, as well as understanding that they have of language and consultant of dictionary. In the analytical process of this research, we observed that how each lexicographical enunciate constructs meanings is different, in order that the different conditions of production gain meaning in the historicity of say, which permit to think that subjects and meanings can move in history. Thus, we sought to contribute to the extension of studies of the dictionary, leading to reflections about discursive lexicography.

Keywords: Lexicography. Subject. Speech. History. Meaning.

SUMÁRIO

RESUMO.....	08
ABSTRACT.....	09
INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I – A LEXICOLOGIA E A LEXICOGRAFIA	14
1.1. O Dicionário: suas características	16
1.1.1. Dicionários Gerais	18
1.1.2. Glossário e Vocabulários Especializados	20
1.2. História da Lexicografia	21
1.2.1. Breve História da Lexicografia de Língua Portuguesa (em Portugal e no Brasil).....	21
1.3. O Dicionário: Macroestrutura e Microestrutura	25
1.3.1. O Dicionário: Critérios de Seleção das Unidades	27
CAPÍTULO II – DISCURSO E SUJEITO: POSSIBILIDADES DE ANÁLISES.....	30
2.1. BENVENISTE: A Linguagem como espaço da Construção da Subjetividade.....	32
2.2. BAKHTIN: Enunciação, Dialogismo e Polifonia	33
2.3. PÊCHEUX: Sujeito, História e Ideologia na Construção dos Efeitos de Sentido	34
2.4. FOUCAULT: O Sujeito e as Práticas Discursivas	35
2.5. DOMINIQUE MAINGUENEAU: A Gênese dos Discursos	42
CAPÍTULO III. OS DICIONÁRIOS DE LÍNGUA PORTUGUESA PRODUZIDOS NO BRASIL: PEQUENO DICIONÁRIO BRASILEIRO DE LÍNGUA PORTUGUESA, NOVO AURÉLIO SÉCULO XXI E DICIONÁRIO HOUAISS DE LÍNGUA PORTUGUESA	45
3.1. Pequeno Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa	48
3.2 Novo Aurélio Século XXI	50
3.3 Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa	52
3.4. Os Paradigmas Presentes na Microestrutura do Pequeno Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa, do Novo Aurélio Século XXI e do Dicionário Houaiss de	

Língua Portuguesa	53
3.4.1 Verbetes 1: DEMOCRACIA	57
3.4.2 Verbetes 2: MULHER.....	60
3.4.3 Verbetes 3: COM.....	64
3.4.4 Verbetes 4: AMAR	67
3.5. Considerações sobre o Caráter Discursivo da Microestrutura dos dicionários ...	70
3.6 Nota Editorial e Prefácios	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS	87

INTRODUÇÃO

Ao longo da nossa experiência enquanto pesquisadora e professora de língua portuguesa, reconhecemos (e cada dia de forma mais evidente) que é inconcebível não promover uma reflexão sobre a língua afastando-a do campo puramente estrutural para situá-la no campo do discurso em seu contexto sociointerativo. Assim, consideramos que qualquer manifestação linguística deve ser vislumbrada na sua perspectiva enunciativa o que coloca em evidência sua função precípua, a comunicação, necessariamente envolvendo indivíduos situados em contextos sociais e reais.

Esse entendimento que se tem dos atos languageiros (para usar um termo de CHARAUDEAU, 2008) nos impõe, de certo modo, que não se pense nenhuma possibilidade de língua fora do seu contexto de uso. Desse modo, pensar o dicionário tornou-se uma inquietação, uma vez que não concordamos com a ideia de concebê-lo, na sua essência, como um lugar em que a “palavra em situação dicionária” se propaga. Isto é, consideramos que a essência do dicionário está, sobretudo, na sua natureza, funcionalidade e caráter discursivo. Logo, não se pode negar o fato de que o dicionário é produto do trabalho de um sujeito, ocupando uma dada posição, numa empreitada de propor, em uma única obra, um retrato mais real possível da língua veiculada em uma sociedade.

Visto dessa forma, podemos afirmar que, se há sujeitos envolvidos, se há uma escolha dos itens lexicais a serem veiculados numa obra lexicográfica, se há seleção dos autores e frases que comporão o enunciado lexicográfico de um verbete, se há uma reatualização de significados para acompanhar os novos valores semânticos adquiridos por cada entrada como fruto das mudanças nos aspectos sociais, culturais, científicos, tecnológicos, etc, então, não é possível pensar a palavra circundante em um dicionário como “muda”, isolada, sem comunicação alguma com as outras palavras e com a história e com a sociedade em que se insere o sujeito lexicográfico.

Defende-se, portanto, que tendo em vista que o dicionário, ocupando uma posição de obra de referência, configura-se como um lugar privilegiado de sustentação das evidências do sentido, pode-se propor que ele funciona como um “respeitado” instrumento de materialização e legitimação dos discursos. Compreendendo que o dicionário se transforma e se atualiza, parece evidente a necessidade de considerar, já na sua constituição, sua historicidade, bem como a real inserção de um sujeito lexicográfico em determinado contexto sócio-histórico.

Por conseguinte, os sentidos por ele veiculados devem ser compreendidos nas relações de significação que consistem no encontro de uma memória lexicográfica (tudo que já foi dito) com um espaço de atualidade (a própria formulação do dicionário) (NUNES, 2006). Nessa perspectiva de análise discursiva do dicionário, questionar-se-á, a partir da análise de alguns verbetes, (além do que comparece nos prefácios e na nota editorial do *Aurélio Século XXI*) a tão propalada transparência dos sentidos, procurando compreender de que maneira os mecanismos que envolvem a construção do verbele possuem relação com a sociedade e com a história, evidenciando as condições de produção desse discursos. Essas possibilidades de pensar os elementos que envolvem a criação dos dicionários são norteadas, sobretudo, pelo seguinte questionamento: **como o dicionário produz e veicula discurso?**

Como o dicionário é um discurso produzido por alguém, não há como negar o fato de que a língua deve ser vista, nele, na sua perspectiva histórica e social. Logo, vislumbrar o dicionário numa perspectiva discursiva, pressupõe como objetivo geral analisar o valor discursivo do Dicionário, reconhecendo-o como um discurso de discursos. E como objetivos específicos: Apresentar uma seleção de elementos teóricos que norteiam a montagem de um dicionário; Evidenciar os conceitos de Lexicologia, Lexicografia e Dicionário; Estabelecer diferenças entre dicionário de língua, glossário e vocabulários especializados; Verificar, no dicionário, os elementos que compõem a sua microestrutura e a sua macroestrutura; Analisar a história da constituição dos dicionários de língua portuguesa; Reconhecer o dicionário como um livro de consulta, não de leitura, embora a reatualização do leitor seja, muitas vezes, uma ressignificação; Discutir o fato de que novas acepções possuem significados sócio-historicamente determinados; Apresentar uma síntese de diferentes conceitos de discurso na perspectiva

de autores significativos na área da análise discursiva; A partir do conceito de discurso, verificar de que forma ele aparece representado no dicionário.

Este trabalho procura articular estudos pautados em uma teoria do discurso com estudos voltados para a Lexicografia. A fim de atingir os objetivos propostos e tentar comprovar nossas hipóteses de investigação, nosso trabalho está estruturado da seguinte forma:

No primeiro capítulo debruçamo-nos em uma revisão de conceitos básicos inerentes à prática lexicográfica tais como: Lexicologia, Lexicografia, Dicionário, Léxico, Glossário e Vocabulário, objetivando explicitar o entendimento que se tem desses conceitos. Apresentaremos, também, uma breve história da lexicografia tanto portuguesa quanto brasileira, apontaremos características recorrentes nos dicionários de variados tipos e teceremos algumas considerações sobre a macroestrutura e a microestrutura dos dicionários.

No segundo capítulo deste estudo, serão apresentadas abordagens teóricas que tratam de algumas concepções de discurso, tomando-o como produto da enunciação, a partir de autores como E. Benveniste, M. Pêcheux, M. Bakhtin, D. Maingueneau e M. Foucault. Busca-se evidenciar o fato de que a língua, sob essa perspectiva, deve ser vista como produto resultante de uma sistematização dos discursos fundamental para a relação entre os falantes e a sociedade em que se inserem e que sua manifestação, em um empreendimento discursivo, ocorre, independentemente se em um dicionário, como fruto dessa inserção do sujeito que a enuncia em uma dada sociedade e, por conseguinte, o efeito de sentido que provoca será sempre produto de valores sociais, históricos e ideológicos.

No terceiro e último capítulo, parte-se para uma análise dos instrumentos de investigação que funcionarão como *corpus* para esta pesquisa: primeiro faremos uma análise panorâmica dos três dicionários: *Aurélio século XXI*, *Houaiss* e *Pequeno Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa*; em seguida, será feita uma análise detalhada dos paradigmas que compõem a microestrutura dos verbetes **democracia** e **mulher** (substantivos), **com** (preposição) e **amar** (verbo), considerando-se a forma

como aparecem nos três dicionários selecionados; na sequência, teceremos algumas considerações sobre o caráter discursivo da microestrutura dos verbetes analisados. Nesse caso, objetiva-se estabelecer uma análise reconhecendo que o sentido veiculado pelo enunciado lexicográfico dos verbetes constitui-se como produto da inserção histórica e ideológica de um dado lexicógrafo que, inevitavelmente, deixa perpassar ao conceituar algo; por fim, discutiremos sobre o funcionamento discursivo dos paratextos *nota editorial e prefácios* (apenas do Aurélio Século XXI), procurando reconhecer que os seus respectivos sujeitos inscrevem-se em uma determinada formação discursiva e, portanto, os sentidos deles provenientes já estão, de certa forma, determinados. Há também o entendimento de que ao falar da obra lexicográfica que apresentam, esses enunciadorees deixam transparecer a ideia que possuem da língua, da expectativa do consulente e do próprio fazer dicionarístico e, em decorrência disso, fazem certas escolhas linguísticas e não outras. Espera-se que, ao final desta pesquisa, possam ser elucidadas características inerentes ao dicionário de uma língua, sobretudo desmitificando a ideia de que os dicionários são instrumentos neutros.

CAPÍTULO I – A LEXICOLOGIA E A LEXICOGRAFIA

A PALAVRA¹

Já não quero dicionários
consultados em vão.
Quero só a palavra
que nunca estará neles
nem se pode inventar.

Que resumiria o mundo
e o substituiria.

Mais sol do que o sol,
dentro da qual vivêssemos
todos em comunhão,
mudos,
saboreando-a.

O léxico de uma língua, incluindo-se aí tanto a lista de palavras da língua em questão quanto as regras que explicam a criatividade dos falantes, é analisado a partir da sua materialização em palavras. De acordo com M. Teresa Cabré (1993), apesar de que, durante anos, houve pouca preocupação com a descrição do funcionamento do léxico, já que era considerado um componente excessivamente irregular e assistemático, nas últimas décadas, tem-se observado um novo cenário. A partir dos anos setenta, o léxico tornou-se um componente irrestrito de todos os modelos gramaticais e passou a ser estudado amplamente a partir da perspectiva das regularidades que apresenta. Assim, chegou-se a definir o léxico da gramática do falante como um conjunto de unidades léxicas informadas morfologicamente, fonologicamente, sintaticamente e semanticamente; como um conjunto de regras de formação de palavras e de reajustes; como um conjunto de projeções possíveis sobre as estruturas sintáticas; e como um conjunto de condições restritivas das regras.

Visto dessa forma, estudar o conjunto léxico de uma língua inclui o reconhecimento de um grande número de palavras e morfemas que comportam, ambos, um repositório de informações peculiares acerca dessa língua. Tais informações contemplam tanto os conhecimentos expressos por regras ou instruções diversas para a construção dos enunciados da língua portuguesa – regras fonológicas, morfológicas,

¹ Carlos Drummond de Andrade. Disponível em: <http://www.vidaempoesia.com.br/carlosdrummond>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2011.

sintáticas e semânticas – quanto conhecimento de elementos individuais que não possuem regras para delimitar forma e função – conhecimento de palavras “possíveis” em Língua Portuguesa. Perine (2004, p. 344) exemplifica esse fato afirmando: “nenhuma regra nos ajudará a saber o que significa *enólogo*. É necessário conhecer a palavra (ou, o que é equivalente, os elementos constitutivos da palavra[...].” Embora esteja intimamente ligado à gramática, esse estudo do léxico – lugar onde todos os componentes fonológicos, morfossintáticos e semânticos da língua se cruzam, depositando sua idiosincrasia – constitui-se como uma parte do estudo da língua e se denomina Lexicologia.

Nessa perspectiva, instaura-se uma teoria léxica que dá importância a tudo que os falantes de uma língua sabem sobre as palavras que usam e sobre as que poderiam utilizar, isto é, volta-se para a descrição da competência do falante.

Sob esse novo prisma, o objetivo da lexicologia consiste na construção de um modelo do componente léxico da gramática que recolha os conhecimentos implícitos sobre as palavras e o uso que os falantes fazem delas, que preveja mecanismos sistemáticos e adequados de conexão entre o componente léxico e os demais componentes gramaticais, e que preveja a possibilidade real que têm os falantes de qualquer língua de formar novas unidades seguindo pautas estruturais sistemáticas. O conjunto de todos os dados sobre as palavras deve poder explicar os conhecimentos léxicos do falante, independentemente de qual seja sua língua.² (CABRÉ, 1993, p. 78. Tradução nossa)

Podemos inferir, portanto, que o conhecimento léxico do indivíduo não se limita apenas ao conhecimento sobre as palavras e seus aspectos meramente linguísticos. Engloba também informações extralinguísticas, que determinam posteriormente o uso real que faz das palavras dessa língua. Considera-se, nesse caso, que uma palavra não se constitui em um elemento isolado dentro do conjunto de unidades léxicas de um sistema, mas está estreitamente vinculada à totalidade das unidades do mesmo nível inerente ao sistema léxico de uma língua. “Cada palavra sucede, assim, do centro de

² Bajo este nuevo prisma, el objetivo de la lexicología consiste en la construcción de un modelo del componente léxico de la gramática, que recoja los conocimientos implícitos sobre las palabras y el uso que los hablantes hacen de ellas, que prevea mecanismos sistemáticos e adecuados de conexión entre el componente léxico y los demás componentes gramaticales, y que prevea la posibilidad real que tienen los hablantes de cualquier lengua de formar nuevas unidades siguiendo pautas estructurales sistemáticas. El conjunto de todos los datos sobre las palabras debe poder explicar los conocimientos léxicos del hablante, independentemente de que su lengua sea una u otra. (CABRÉ, 1993, p. 78).

uma rede de relações com outras palavras; e o conjunto do sistema léxico passa a constituir uma rede, todavia, mais complexa, integrada por grupos de palavras interrelacionadas e polivalentes”. (CABRÉ, 1993, p. 78).

Esse estudo do léxico proposto pela Lexicologia serve de base à Lexicografia, que é a técnica, a tecnologia empregada para se registrar o léxico, ou seja, para se redigir um dicionário. A identidade científica da Lexicografia, que se estruturou como disciplina desde a primeira metade do século XIX (embora os primeiros dicionários monolíngues e bilíngues tenham sido registrados ainda nos séculos XVI e XVII) na Europa, ocupa-se da técnica dos dicionários. Possui um caráter plurissignificativo, uma vez que se comporta, por um lado, como pesquisa fundamental, tendo em vista o exercício de elaboração de dicionários e, por outro lado, funciona como ciência aplicada, em relação à ciência que a embasa, a Lexicologia – estudo científico do léxico.

A obra lexicográfica, por sua vez, constitui-se como um instrumento linguístico imprescindível na fixação do léxico de uma língua e para a consolidação de uma língua escrita, fazendo uma descrição do seu respectivo vocabulário, registrando as unidades lexicais referentes aos conceitos elaborados e consolidados em uma dada cultura. Isto é, haja vista que registra a linguagem aceita e valorizada na comunidade dos falantes, caracteriza-se como um lugar oficializado para os registros do acervo lexical inerente a uma dada cultura.

A lexicografia pode ser vista sob duplo aspecto: (i) como técnica de montagem de dicionários, ocupa-se de critérios para seleção de nomenclaturas ou conjunto de entradas, de sistemas definitórios, de estruturas de verbetes, de critérios para remissões, para registro de variantes; (ii) como teoria, procura estabelecer um conjunto de princípios que permitam descrever o léxico (total ou parcial) de uma língua, desenvolvendo uma metalinguagem para manipular e apresentar as informações pertinentes. (BORBA, 2003, p. 15).

Destaca-se, ainda, que estão sob o domínio da Lexicografia as obras que seguem modelos canônicos e sistematizam o léxico de um idioma, evidenciando informações gramaticais e semânticas sobre as palavras de uma língua.

1.2. O Dicionário: Suas Características

Constituindo-se como um significativo instrumento para as sociedades, o dicionário nasce para atender a necessidades específicas dos grupos linguísticos, permitindo que os usuários daquela língua tenham acesso ao registro do seu respectivo léxico, em consonância com os significados a ela inerentes. Segundo Maria da Graça Krieger,

[...] o dicionário é o lugar formal e unitário de registro do componente léxico de um idioma. Nessa medida, constitui-se em paradigma linguístico modelar dos usos e sentidos das palavras e expressões de uma coletividade linguística, desempenhando o papel de código normativo da língua. É nessa mesma esteira que o dicionário adquire o estatuto de instância de legitimação do léxico, passando então a funcionar como uma espécie de cartório de registros, é ele que concede à palavra sua certidão de nascimento e, dessa forma, institucionaliza o conjunto léxico das línguas. (2006, p. 142)

Um dicionário, em seu aspecto geral, é um produto linguístico que recorta um conjunto selecionado de palavras (ou de outras unidades da língua) e as ilustra com uma série de informações. Apresentando-se como o depositário léxico de uma língua, ele estabelece recortes da própria língua e constitui-se como o lugar em que aparecem refletidas as diferenças ideológicas na diversidade de sentidos com as quais lida, enquanto os legitima. Configura-se, portanto, como instrumento de veiculação de discursos que se cruzam, se deslocam e se anulam numa dada sociedade sob o domínio de uma dada cultura. Jean Dubois e Claude Dubois (1971, p. 100) afirmam que o dicionário é tanto do domínio cultural quanto do domínio gramatical. Desse modo, o leitor não é somente convidado a redescobrir dentro dos exemplos os desenvolvimentos enciclopédicos ou as definições, mas ele é também chamado a se conformar com a norma cultural assim instituída³.

Os dicionários podem ser de diversos tipos segundo suas características linguísticas ou as funções e finalidades que se propõem a cumprir. Isto é, ao se configurar como um texto, o dicionário possui regras próprias de organização. Por

³ Informação traduzida por nós e adaptada a partir do trecho: “[...] Le dictionnaire l’est autant dans Le domaine culturel que dans le domaine grammatical. Il n’offre pas seulement un ensemble d’assertions définissant une certaine image de l’homme, mais aussi des sanctions: exclusions plus ou moins explicites ou avouées par les lexicographes; ces sanctions condamnent les *écarts culturels*. Le lecteur n’est pas seulement invité à se retrouver des les exemples les développements encyclopédiques ou les définitions, mais Il est encore appelé à se conformer à la norme culturelle ainsi instituée. (DUBOIS & DUBOIS, 1971, p. 100)

consequente, cada dicionário é organizado de acordo com as finalidades do lexicógrafo que o produz, imprimindo-lhe suas marcas subjetivas e ideológicas.

Béjoint (2002, p. 32-41 *apud* WELKER, 2004, p. 42) conclui que “é impossível classificar dicionários de uma maneira que seja ao mesmo tempo bem ordenada e aplicável a todas as sociedades”. Desse modo, adotaremos a postura para diferenciação de dicionário tal como propõe Welker (2004, p. 43). Inicialmente, considera-se que há as obras de consulta em formato de livro e as computadorizadas; há também a distinção entre os dicionários monolíngues e bilíngues/multilíngues, com predominância dos primeiros por razões econômicas ou pela “falta de procura por bilíngues especializados”. Nos dicionários monolíngues, o sentido é estabelecido pela definição do termo e sua aplicabilidade na língua em questão; e as divergências entre os dicionários gerais e especiais (os históricos, os diacrônicos, os onomasiológicos, etc.). O *Aurélio*, o *Houaiss* e o *Pequeno Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa* (que serão descritos e analisados na terceira parte deste trabalho) caracterizam-se como sendo uma obra de consulta em formato de livro; são dicionários monolíngues e, conforme suas peculiaridades, devem ser considerados como dicionários de língua geral.

1.2.1. Dicionários Gerais

No dicionário de língua geral, o critério de seleção das entradas está pautado em formas mais usuais, objetivando aumentar a competência linguística dos usuários e o produto é resultante da seleção de materiais de fontes diversas. É composto por informações que acompanham cada entrada lexical, tais como categoria gramatical, definição principal, acepções semânticas determinadas pelo uso ou por alterações de significado e exemplos que ilustram seu uso. O dicionário geral “caracteriza-se por ser alfabético, sincrônico, da língua contemporânea, arrolando sobretudo os lexemas da língua comum”. (WELKER, 2004, p. 43).

Constituindo-se como um objeto cultural de extrema relevância nas sociedades contemporâneas e “assumindo um caráter de referência sobre o léxico e seus modos de funcionamento em discurso” (KRIEGER, 2006, p. 142), o dicionário de língua, muitas vezes, ultrapassa as informações puramente semânticas, apresentando, também,

informações acerca dos elementos gramaticais e linguísticos da língua em questão. (os paradigmas presentes nos verbetes serão descritos no 3º capítulo deste trabalho). Segundo Krieger, esse tipo de obra lexicográfica⁴

descreve diferentes realizações das unidades lexicais, através do registro dos usos lingüísticos diferenciados que caracterizam as variedades regionais, as diacrônicas, bem como aquelas relacionadas aos usos e significados próprios das áreas científicas e técnicas. [...] traz informações funcionais e, por vezes, históricas sobre vários componentes dos sistemas lingüísticos. Outras vezes, vale-se de frases cotidianas e passagens literárias para exemplificar e abonar determinados usos. (2006, p. 142).

Biderman (2001), seguindo a mesma perspectiva dos autores supracitados, considera que “o dicionário de língua faz uma descrição do vocábulo da língua em questão, buscando registrar e definir os signos lexicais que referem os conceitos elaborados e cristalizados na cultura” (p. 17) e acrescenta que um dicionário, para ser considerado um *tesouro* lexical, deve conter de 100.000 a 400.000 palavras. Dentre os dicionários gerais, há que se diferenciar ainda, segundo Welker (idem), os *seletivos* dos muito extensos, geralmente denominados *tesouros*. No primeiro caso, são contemplados aqueles “que registram os lexemas realmente em uso (como o Dicionário de Usos do Português)” (p. 43); no segundo, se “incluem numerosos lexemas e termos não empregados na língua comum” (idem), como é o caso do *Aurélio*, do *Houaiss* e do *Pequeno Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa* (esses dicionários serão melhor apresentados no 3º capítulo desta pesquisa). A ideia de constituir-se como um *tesouro* da língua é decorrente de sua função de memória, apesar de todo o dinamismo que envolve os componentes léxicos de uma língua, uma vez que se modificam em cada discurso. De um lado, o dicionário geral acolhe as novas palavras e sentidos emergentes e, de outro lado, mantém intactas aquelas que caíram em desuso.

Convém salientar que identificação de um dicionário como *geral* é de caráter qualitativo e não apenas quantitativo, tendo em vista sua capacidade de reunir o maior número possível de palavras e expressões de uma língua, oferecendo informações

⁴ Diferentemente de Welker (citado anteriormente), essa autora considera que o dicionário de língua registra também as variedades diacrônicas. Concordamos com tal posicionamento, uma vez que o recorte proposto nesta pesquisa leva em consideração o fato de que há uma reatualização dos sentidos conforme diferentes momentos sociais e históricos. Essa tarefa tornar-se-ia inviável se os dicionários não mantivessem o registro diacrônico dos usos lingüísticos.

diversas sobre a gramática dos enunciados lexicográficos elencados, além dos seus sentidos e usos. Os dicionários selecionados para esta pesquisa apresentam, conforme detalharemos mais adiante quando fizermos sua descrição, informação fonética, etimologia, dados do funcionamento linguístico e discursivo das palavras-entrada.

1.2.2. Glossário e Vocabulários Especializados

Os glossários constituem-se, também, como obra de domínio da Lexicografia e representam as primeiras formas de manifestação lexicográfica. Verdelho (2002) aponta para o fato de que o surgimento, em língua portuguesa, de uma produção pré-lexicográfica, baseada em listagens glossarísticas medievais bilíngues (latim-vernáculo), ocorreu desde o século XIII, ao mesmo em tempo que surgia a sistematização da escrita. No caso dos glossários, as unidades léxicas selecionadas pelo lexicógrafo e suas respectivas informações gramaticais e semânticas são referentes a um “*corpus*, exteriormente delimitado, que funciona como discurso individual, como exemplo de um ato de fala produzido em um dado tempo e lugar”. (BARBOSA, 1995, p. 2). Portanto, funciona como instrumento de representação de uma dada situação lexical em uma situação de enunciação e de enunciado, em uma dada instância discursiva delimitada.

Os vocabulários especializados e técnico/científicos, por sua vez, possuem como unidade padrão o vocábulo e constituem-se como um conjunto de vocabulários situados em uma norma linguística e sociocultural. Segundo Maria Aparecida Barbosa (idem), o buscam reunir os elementos constitutivos de intersecção dos conjuntos vocabulários de uma comunidade ou de um segmento social, selecionados pelo duplo critério de alta frequência e distribuição regular entre os sujeitos envolvidos. Apresentamos, a seguir, um quadro⁵ para sintetizar, conforme Barbosa (1995), as diferenças entre o dicionário de língua, o glossário e o vocabulário especializado. Embora este trabalho não se proponha a investigar nem vocabulários nem glossários, consideramos relevante estabelecer a distinção entre eles, objetivando situar, especialmente, as características do dicionário.

⁵ Este quadro é uma adaptação de um resumo proposto por Guilherme Fromm em *Dicionários em sala de aula: como aproveitá-los bem*. Disponível em: <<http://www.dominiosdelinguagem.org.br/pdf/d3-3.pdf>>. Acesso em: 20 de outubro de 2010.

Dicionário	Vocabulário	Glossário
<i>Nível do sistema</i>	<i>Nível da norma</i>	<i>Nível da fala</i>
Trabalha com todo o léxico disponível.	Trabalha com conjuntos manifestados dentro de uma área de especialidade.	Trabalha com conjuntos manifestados em um determinado texto.
Unidade: lexema. Tende a recuperar, armazenar e compilar lexemas efetivos, de frequência, regular, integrantes de diferentes normas.	Unidade: vocábulos/termos. Deve recuperar, armazenar vocábulos de um universo de discurso, isto é, vocábulos de alta frequência e distribuição regular.	Unidade: palavras. Deve recuperar, armazenar e compilar palavras-ocorrências extraídas de um único discurso concretamente realizado.
Apresenta (teoricamente) todas as acepções de um mesmo verbete.	Apresenta todas as acepções de um verbete dentro de uma área de especialidade.	Apresenta uma única acepção do verbete (dentro de um contexto determinado).

1.3. História da Lexicografia

Antes de emprendermos uma análise da constituição do dicionário e do trabalho do lexicógrafo, é relevante estabelecermos os limites dessa atividade, bem como reconhecer, ainda que de forma menos aprofundada, já que não é este o objetivo central deste estudo, a história dos dicionários especialmente no Brasil e das características gerais de sua composição, levando-se em consideração seus processos de produção, com os quais estão envolvidos diversos fatores sócio-históricos.

1.3.1. Breve História da Lexicografia de Língua Portuguesa (em Portugal e no Brasil)

Segundo Verdelho (2002, p. 17), “a lexicografia portuguesa, como a do restante dos vernáculos europeus, nasceu dos vocabulários bilíngues que puseram em confronto o latim e as línguas vulgares”. Correspondendo ao que pode ser considerado a pré-lexicografia medieval portuguesa está o primeiro dicionário bilíngue latim/português que se compõe de uma listagem de cerca de 3000 verbos latinos, sendo organizado com os correspondentes em português ainda no início do século XV. No entanto, conforme

Welker (2004), o verdadeiro marco da dicionarização portuguesa se dá com os dicionários do humanista Jerônimo Cardoso, em 1562. Verdelho destaca que

Neste dicionário Cardoso promoveu a primeira alfabetização do “corpus” lexical vernáculo e deu assim origem, com maior ou menor frequência, a todos os subseqüentes dicionários do português, repercutindo-se efectivamente na técnica dicionarística, no levantamento das unidades lexicais, na referenciação do seu valor semântico, e na fixação da sua imagem ortográfica. (VERDELHO, 2002)

Inserindo-se no âmbito da produção lexicográfica portuguesa estão os dicionários produzidos pelos Jesuítas que, desde a sua instalação em Portugal, em meados do século XVI, empenharam-se na produção de manuais escolares. Publicada em 1634, *Prosódia* foi a obra mais representativa da dicionarística dos Jesuítas, a qual obteve sucessivas reedições sob a referência autoral de Bento Pereira.

Apesar da relevância das obras supracitadas, os primeiros dicionários mais significativos em língua portuguesa são o *Vocabulário Portuguez e Latino* de Rafael Bluteau (1712-1728) e o *Dicionário da Língua Portuguesa* de Antônio de Moraes Silva (1ed. 1789; 2 ed. 1813). Este é considerado o precursor da lexicografia moderna do português, tendo como base aquele, que se constituiu como um ponto de referência fundamental para compreender um processo de renovação da descrição da língua, da tipologia dos dicionários e das funções que os leitores atribuíam a estes instrumentos metalinguísticos.

O *Vocabulário* de Bluteau, de acordo com Verdelho (2002, p. 23), “recolhe abundantíssimo *corpus* lexical português, com uma pormenorizada explicitação referencial e semântica”, passando a constituir-se como um instrumento alusivo e quase definitivo a toda a lexicografia posterior. O *Dicionário de Língua Portuguesa* de Antônio de Moraes, embora tributário a Bluteau é, segundo Verdelho (*idem*, p. 27), “uma obra muito diferente da de Bluteau na sua concepção, nos seus objetivos, no tratamento do *corpus* e até na própria fundamentação lexicográfica”. Seu caráter inovador centra-se no fato de que

elimina um pouco mais de um quarto das entradas de Bluteau, correspondentes à nomenclatura enciclopédica, onomástica e histórica do grande *Vocabulário*, e acrescenta aproximadamente um terço de entradas

(cerca de 22.000) inteiramente novas, recolhidas em autores ‘portugueses castiços e de bom século pela maior parte’, configurando assim, no espaço linguístico português, um modelo de dicionário de língua autorizada, com exclusão da informação bilíngue e da informação histórica e enciclopédica em geral. (VERDELHO, 2002, p. 27)

Entre 1871 e 1874 aparece ao público português a obra mais volumosa da lexicografia portuguesa do século XIX – o *Grande Diccinario Portugez* ou *Thesouro da Lingua Portuguesa* de Domingos Vieira. Nesse dicionário, “via de regra os significados e usos linguísticos são ilustrados com citações de bons autores”. (BIDERMAN, 1984 *apud* WELKER, 2004, p. 70-71). Também constituindo-se como um grande dicionário português está o *Diccionario Contemporaneo da Lingua Portugueza de Caldas Aulete*, publicado em 1882. Segundo Vedelho (2002, p. 42), “foi o primeiro grande dicionário do século XIX que se manteve no mercado até a actualidade”. Propôs uma significativa atualização da nomenclatura lexical da língua portuguesa vigente, esforçando-se por apresentar, com rigor, informação etimológica, gramatical e “uma cuidadosa classificação das variedades diacrônicas, geográficas e estilísticas” (*idem*).

Caracterizando-se pela abundância da nomenclatura, o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* (1899) de Cândido de Figueiredo retoma diversos textos do patrimônio cultural português ainda inexplorados pelos dicionaristas anteriores. Esse dicionário,

pretendia ser o repositário mais completo do léxico português de todos os tempos bem como de regionalismos portugueses, brasileirismos, e de territórios onde se falava e fala o português. [...] É um dicionário rico sobretudo com respeito ao número de palavras incluídas no seu acervo léxico. Há nele muitas palavras raras. A forma do verbete é muito simples. As definições são curtas, às vezes erradas e tolas. (BIDERMAN, 1984 *apud* WELKER, 2004, p. 72)

O surgimento de dicionários que registrassem a língua portuguesa brasileira se deu de forma lenta e foi se cristalizando aos poucos. Ainda em 1938, publicou-se a o primeiro volume de uma obra de porte mais reduzido, tanto na sua macroestrutura quanto na microestrutura, denominada *Pequeno Dicionário Brasileiro de Língua portuguesa* (PDBLP), que obteve maior êxito que os anteriores e dava evidência às variedades linguísticas. Tal dicionário, cuja 3ª edição foi lançada em 1942, com maior quantidade de páginas, de entradas lexicais e uma tiragem ampliada de exemplares, já

contou pela primeira vez com a colaboração de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. Segundo nota dos próprios editores,

Não se planejou, de fato, senão para ser um “um pequeno dicionário”, de fácil manuseio e ao alcance de todos os que se interessam pelo estudo da língua portuguesa falada no Brasil. Não tendo pretensões a obra de erudição, fartamente documentada, eliminou desde a primeira edição as palavras e expressões arcaicas como as citações de exemplos colhidos nas fontes clássicas e destinadas a esclarecer o emprego dos vocábulos, nas diferentes fases de evolução da língua e da literatura. (NUNES; PETTER, 2002, p. 78)

Biderman (2002) acredita que o PDBLP constitui-se como o precursor do *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (1975), o qual “ampliou consideravelmente as informações contidas nos verbetes sobretudo com respeito aos verbos e substantivos de alta frequência, palavras geralmente polissêmicas” (p. 38), tornando-se um dos mais significativos representantes dos dicionários padrões da sociedade brasileira.

Primando pela riqueza vocabular, com a inclusão de muitas locuções e expressões, neologismos e termos técnicos, buscando preencher uma lacuna cultural brasileira, surge, entre 1939-1944, o primeiro dicionário de língua portuguesa – *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa*, elaborado de *motu* próprio, por Laudelino Freire, sem o aval da ABL. Em 1961-1967, é publicado, em 5 volumes, conforme incumbência da ABL, um novo dicionário, produzido por Antenor Nascentes, mas, tal como o anterior, não obteve muito sucesso, uma vez que fora escrito em 1943, constituindo-se como um reflexo envelhecido e atemporal da língua, além de ser uma obra volumosa, na contramão da escolha por critérios econômicos por parte do pretendo comprador.

Em 1975, aproximando-se do tipo *thesaurus*, Aurélio Buarque de Holanda publicou o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, numa espécie de ampliação do PDBLP lançado em 1942. Essa nova edição obteve diversas e sucessivas reedições, constituindo-se como o mais popular dicionário geral de língua portuguesa, de modo que, não raras vezes, ouve-se Aurélio como sinônimo de dicionário.

Com prestígio também bastante significativo, surge, em 2001, o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* de Antônio Houaiss. Composto por 228.500 unidades léxicas tem sido apontado por alguns lexicógrafos como sendo o mais completo dicionário brasileiro, embora Biderman (2004), conforme citado por Welker (2004), apresente severas críticas a vários aspectos dessa obra, destacando, por exemplo, o fato de que “abusa de informações que complementam as definições das palavras”, podendo ser chamado de dicionário enciclopédico (p. 75). Apresentaremos a seguir o dicionário, destacando suas características elementares e suas respectivas funções, isto é, a organização de sua macroestrutura e de sua microestrutura.

1.4. O Dicionário: Macroestrutura e Microestrutura⁶

Os dicionários são compostos de duas grandes estruturas: a macroestrutura e a microestrutura, além do sistema de remissivas⁷. A primeira é representada por uma seleção de palavras existentes em uma língua, ordenadas em uma listagem. Seu princípio de organização é a ordem alfabética, sendo compreendida como o arrolamento dos verbetes e como a progressão vertical de um repertório lexicográfico. A segunda, por sua vez, constitui o artigo lexicográfico. Nessa parte do dicionário, está representado um detalhamento das informações veiculadas em cada entrada, constituindo-se como um ordenamento estruturado dessas informações.

Conforme Alvar Ezquerro (1993), a macroestrutura é constituída pela nomenclatura panorâmica, a qual contempla o conjunto das entradas ordenadas, que são comumente submetidas a uma leitura vertical. Nesse caso, “cada palavra, em geral, não possui nenhuma relação com o que a precede, nem com o que lhe segue” (p. 27)⁸. Welker (2004, p. 81) cita a opinião de Béjoint (2000, p. 13) sobre o termo:

⁶ Welker (2004, p. 177) afirma que “entre essas duas estruturas – que se referem à organização do dicionário inteiro e dos verbetes, respectivamente – há uma outra estrutura denominada, às vezes, *medioestrutura*. Trata-se de um sistema de remissões, isto é, de maneiras de se remeter o usuário de um lugar a outro”.

⁷ É também denominado de medioestrutura e refere-se ao sistema de remissões entre os sentidos veiculados, predominantemente, na microestrutura de um dicionário, objetivando remeter o usuário de um lugar a outro do dicionário.

⁸ “[...] cada palavra, por lo general, no posee ninguna relación con que la precede ni con la que le sigue [...]” Tradução nossa.

Alguns usam *macroestrutura* como sinônimo de *nomenclatura*, mas é preferível usar este último termo como equivalente de *Word-list*, ao passo que o primeiro pode ser empregado para referir-se à maneira como o conjunto de entradas é organizado nos diversos dicionários.

Considerando que não há uma única visão acerca do conceito de macroestrutura, advogamos que ela corresponde à estrutura geral do dicionário, vislumbrando-a como o conjunto total dos seus respectivos lemas⁹ que, sendo específicos para cada tipo de dicionário, são gerados a partir da aplicação de parâmetros específicos de regulação e ordenação. Segundo Haensch Günter (1997),

La *macroestructura* es la ordenación del conjunto de los materiales que forman el *cuerpo* de un diccionario (por ej. orden alfabética u orden sistemática), conjuntamente con el *prólogo o prefacio*, a veces *una introducción fonética y gramatical*, las *instrucciones para el usuario* y los posibles *anexos* (glosarios de nombres geográficos, listas de abreviaturas y siglas, glosarios de nombres de pila, etc.) (grifos do autor, p. 39)

A microestrutura, por sua vez, envolve o conjunto das informações de cada entrada, constante em todas elas e que deve ser lido de forma horizontal. Assim, a microestrutura possui como eixo elementar a contextualização do mesmo vocábulo, adquirindo relevância para explicitar os sentidos registrados pelo verbete. Desse modo, compreende-se que as microestruturas são organizadas dentro de uma macroestrutura. Conforme Rey-Debove (1971 *apud* Welker 2004, p. 107), a microestrutura corresponde ao “conjunto das informações ordenadas de cada verbete após a entrada”, devendo ser organizada de forma padronizada em todos os verbetes. Welker (*idem*) destaca a importância da padronização, afirmando que ela é “imprescindível tanto para usuário (se não a leitura seria muito mais complicada) quanto para os redatores que, sem ela, apresentariam a informações de maneiras divergentes”. (p. 108)

Tendo em vista que a microestrutura refere-se à disposição interna da informação no interior do verbete do dicionário, destaca-se que tal organização é resultante do processo de dicionarização sofrido pelo lema. Assim, a microestrutura representa o lugar onde devem ser agregadas informações referentes à: fonologia,

⁹ Usaremos o termo *lema*, na mesma perspectiva proposta por Welker (2004, p. 92), tanto para fazer referência aos signos lingüísticos escolhidos para serem tratados no dicionário quanto à forma em que esses signos são apresentados no início do verbete.

morfossintaxe e semântica, correspondendo a toda a construção do verbete, isto é, a toda estrutura da informação no interior do verbete, incluindo-se as subentradas e as questões relativas ao significado.

Considera-se, para a análise dos dados que constituirão significativa parte desta pesquisa, a importância dos dois níveis de estrutura. Do ponto de vista da macroestrutura serão consideradas as características descritivas do dicionário, tendo em vista as unidades que o integram, como essas unidades são arranjadas e quais são as informações morfológicas e sintagmáticas que devem constar nele. No aspecto microestrutural, tomar-se-ão determinados verbetes dicionarísticos como um discurso de discursos. Constitui-se, portanto, uma atividade de reconhecimento do valor das vozes inerentes, mesmo que veladas, de cada entrada lexical constante do dicionário, reconhecendo que o dicionarista torna-se o porta-voz dos variados discursos de uma comunidade linguística.

1.4.1. O Dicionário: Critérios de Seleção das Unidades

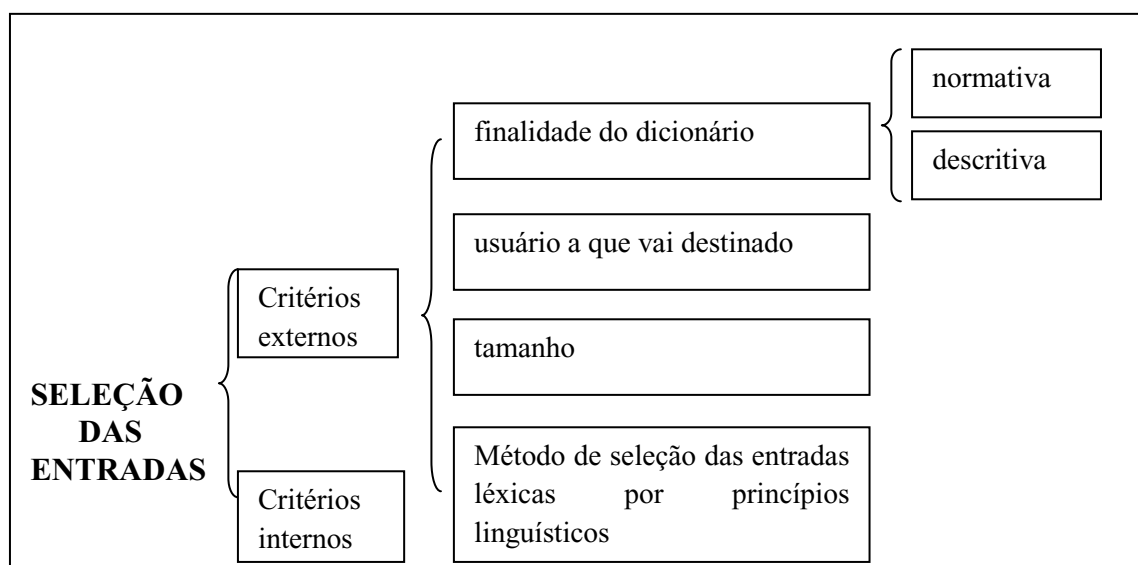
Quanto aos mecanismos utilizados pelo lexicógrafo ao estabelecer a seleção das entradas que constituirão a macroestrutura de um dicionário, é fundamental salientar que se trata de um dos maiores dificultadores do seu processo de confecção. Isto é, quantos e quais verbetes constarão em um dicionário dependerá da decisão do lexicógrafo, tendo em vista, sobretudo, o tipo de dicionário que se propõe a produzir e o público ao qual se destina. Além disso, deve-se considerar ainda o fato de que nenhum dicionário, independentemente do seu tamanho e formato, dará conta de abarcar, de forma integral, todo o léxico real de língua. Para ficarmos apenas em uma distinção quantitativa dos lexemas concernentes à nomenclatura de um dicionário, apresentaremos a que sugere Biderman (1984 *apud* WELKER 2004, p. 84):

- Dicionário infantil e/ou básico: cerca de 5.000 verbetes;
- Dicionário escolar e/ou médio: 10.000 – 12.000, ou até 30.000;
- Dicionário padrão: cerca de 50.000;
- “Thesaurus”: 100.000, 200.000, 500.000.

Uma das possibilidades para a seleção das entradas a serem veiculadas por um dicionário é considerar, por um lado, o critério quantitativo e, por outro lado, o

qualitativo. No primeiro caso, baseia-se em quantas unidades devem compor a macroestrutura de um dicionário, conforme sua função e público-alvo; no segundo caso, definem-se quais unidades integrarão a nomenclatura de um dicionário, ou seja, qual unidade será lematizada¹⁰, implementando-se, por exemplo, a escolha da forma de mais ou menos prestígio de uma palavra como representante de um determinado lema.

Outros critérios para seleção das entradas em um dicionário que podem ser destacados neste estudo são os propostos por Haensch (1982), citados por Bueno (2007).



Critérios para seleção de entradas de Haensch (1982, *apud* BUENO, 2007, p. 92)

Embora o próprio Aurélio (*Aurélio século XXI*) nada diga sobre a seleção de entradas nem sobre qual foi o critério usado para tal seleção, segundo Biderman (1983, p. 6-8 *apud* WELKER, 2004, p. 93), o *Aurélio*, considerado um dicionário de língua comum,

acolheu muitas palavras raras, um grande número de regionalismos, de vocábulos desusados ou obsoletos, de termos exclusivamente literários, um vasto acervo de termos técnicos e científicos, o que inchou demais a sua nomenclatura.

¹⁰ Segundo Welker (2004, p. 91), lematizar significa encontrar uma forma canônica dos lexemas e usá-la como entrada de um verbete.

Pode-se destacar, ainda, o fato de que, no processo de seleção dos vocábulos a serem divulgados e dados como elementos lexicais de uma língua, em geral, segue-se a uma tendência bastante generalizada. Normalmente, a ampliação da produção dos dicionários é resultante de razões de caráter social e de cunho mercadológico. Assim, embora este não seja um elemento preponderante no processo investigativo que se propõe a desenvolver aqui, considera-se relevante salientar tais fatores, compreendendo que esses quesitos são inerentes aos dicionários em geral e que, de certa forma, há uma ausência de obras originais, haja vista a tendência, sobretudo para obedecer a regras de vendagem, em seguir a tradição lexicográfica.

CAPÍTULO II. DISCURSO E SUJEITO: POSSIBILIDADES DE ANÁLISE

[...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 1996, p. 8-9)

Considerando a língua na sua perspectiva histórica e social, pode-se inferir que sua manifestação em forma de discurso constitui uma importante forma material da ideologia, isto é, há embates ideológicos que ocorrem no funcionamento da linguagem e há existência da materialidade linguística na ideologia. O sujeito, de forma inconsciente, ocupa um lugar numa determinada formação social e enuncia o que lhe é possível a partir do lugar que ocupa. Portanto, “não decide sobre os sentidos e possibilidades enunciativas de seu discurso, mas está inserido num processo histórico que lhe permite determinadas inserções e não outras, ocupando um lugar social a partir do qual enuncia” (MUSSALIN, 2001, p. 110), tornando-se possível, então, articular sujeito, linguagem e história.

Para dar sustentação a essa discussão acerca dos sujeitos enunciadore e dos discursos, propomo-nos a discorrer sobre algumas concepções de discurso na perspectiva de autores como Émile Benveniste (2005), Mikhail Bakhtin (1998, 2003 2004), Michel Pêcheux (2004, 2009), Michel Foucault (1999, 2008 a/b, 2009) e Dominique Maingueneau (1997, 2001, 2006, 2008 a/b), procurando reconhecer que, apesar de apresentarem algumas divergências que serão evidenciadas no corpo do texto, possuem traços comuns, pois partem da premissa de que ato enunciativo consiste no lugar de trabalho com a linguagem e de funcionamento da discursividade. A ordem em que tais autores serão apresentados justifica-se pela inserção cronológica no campo de análise da enunciação linguística e, também, pela posição ocupada pelo sujeito discursivo conforme cada abordagem. Assim, tendo em vista a relação que estabelecem entre discurso, história, sujeito e ideologia, abordaremos os mecanismos dos processos de significação norteadores da textualização dos discursos.

Neste caso, a língua será encarada como um sistema sujeito a deslizamentos e, sobretudo, como uma instituição social, constituindo-se como condição de possibilidade do discurso a partir da qual será analisada a heterogeneidade discursiva. Contrariando a ideia, muitas vezes recorrente, de que há um mundo objetivo, cujos referentes e acontecimentos refletem-se na linguagem, Hjelmslev (1975, p. 1-2 *apud* PIETROFORTE, 2004, p. 117) propõe estudar o modo como as línguas interpretam o mundo material, atribuindo-lhe sentido. Este, por sua vez, resulta da construção humana e não se dá como reflexo real do mundo físico, isto é, para o linguista dinamarquês, o sentido emana da linguagem.

A linguagem é o instrumento graças ao qual o homem modela seu pensamento, seus sentimentos, suas emoções, seus esforços, sua vontade e seus atos, o instrumento graças ao qual ele influencia e é influenciado, a base última e mais profunda da sociedade humana. [...] O desenvolvimento da linguagem está tão inextricavelmente ligado ao da personalidade de cada indivíduo, da terra natal, da nação, da humanidade, da própria vida, que é possível indagar-se se ela não passa de um simples reflexo ou se ela não é tudo isso: a própria fonte de desenvolvimento dessas coisas. (HJELMSLEV, 1975, p. 1-2 *apud* PIETROFORTE, 2004, p. 117)

Visto desse modo, embora consciente de que as coisas existam enquanto coisas no mundo, a busca será sempre pela desvelamento daquilo que faz com que elas tenham os sentidos que têm e isso só é viabilizado quando as palavras são colocadas na condição de discurso. A linguagem, então, produz efeitos de sentidos e não se constitui como reflexo das coisas. Conforme Pietroforte (2004, p. 125), “não significa que a passagem ao discurso implique um abandono completo das acepções dicionarizadas: significa sua transformação parcial, no interior de limites aceitos intersubjetivamente pelos falantes da língua focalizada”.

Tendo em vista que, nesta pesquisa, a língua é encarada como um fato social e de que não é possível desvinculá-la dos seus respectivos usuários, compreende-se que é como objeto da enunciação que ela adquire condições de significação. É, portanto, na enunciação que deve ser constatada a emergência das marcas e as evidências de que o sujeito falante intervém no discurso. Logo, impõe-se para o analista a necessidade de considerar a exterioridade da língua que se presentifica no discurso. Apresentaremos, então, a seguir, algumas abordagens para o estudo do fenômeno lingüístico que propõem situá-lo na sua condição de instrumento em uso.

2.1. BENVENISTE: A Linguagem como Espaço da Construção da Subjetividade

Afastando-se de uma tendência de análise linguística pautada no reconhecimento da língua apenas enquanto instrumento de expressão das representações, e contrariando o projeto saussureano que retira o sujeito de cena, Benveniste, embora retome a teoria de Saussure, sobretudo no que diz respeito às noções de estrutura e de signo, se inscreve no âmbito dos estudos linguísticos com a preocupação de desvendar a língua em sua estrutura, desenvolvendo um modelo de análise voltado para a enunciação. Nessa perspectiva, o sujeito passa a ocupar uma posição privilegiada, e a linguagem passa a ser considerada o espaço de construção da subjetividade. Então, sujeito e estrutura estão articulados, isto é, o sujeito emerge da representação linguística que a enunciação oferece dele. Segundo Benveniste, “não atingimos nunca o homem separado da linguagem [...]. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com o outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem”. (2005, p. 285). Logo, compreendemos que, para esse autor, a enunciação constitui resultado de um processo de apropriação da língua em que um dado locutor revela-se como sujeito do seu discurso.

É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito. [...] A consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste. Eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocação um *tu*. Essa condição de diálogo é que é constitutiva da *pessoa*, pois implica em reciprocidade – que eu me torne *tu* na alocação daquele que por sua vez se designa por *eu*. [...] A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito*, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso. (BENVENISTE, 2005, p. 286).

Benveniste concebe um sujeito capaz de se propor como sujeito, como senhor da linguagem que a manipula por sua conta. No entanto, esse sujeito não é concebido como alguém capaz de definir-se a si mesmo e se apresentar ao mundo, já que não adquire consciência de si por si mesmo e que, após esse reconhecimento autossuficiente, se relacionaria com o outro. Além disso, embora o *tu* seja complementar e indispensável na relação, é o *eu* que tem ascendência sobre o *tu*. Logo, a enunciação é o ato *individual* de colocar a língua em funcionamento, ou de transformá-la em discurso, pois fica circunscrita ao espaço do subjetivo e do individual. “Ao mobilizar a língua e dela se apropriar, o locutor estabelece relação com o mundo via discurso de um sujeito”. (FLORES; TEIXEIRA, 2008, p. 35).

2.2. BAKHTIN: Enunciação, Dialogismo e Polifonia

Em contrapartida, incorporando o Outro como constitutivo do sujeito, Bakhtin (2000, 2004) questiona o sujeito único, central, origem e fonte do sentido, uma vez que, para ele, outras vozes são manifestadas na sua fala. Bakhtin afirma que, para construir seu discurso, o sujeito se apossa e se posiciona ante outros discursos socialmente estabelecidos, sendo essas relações entre eles permeadas pelo diálogo (dialogismo), fundamentado numa interação sociocomunicativa. Isto é, todas as pessoas são influenciadas por discursos alheios e aprendem no discurso de outras pessoas a sua própria ideologia. Portanto, qualquer discurso produzido num determinado contexto social, historicamente situado e espacialmente demarcado, está impregnado de vozes (polifonia). Bakhtin propõe a tese de que o signo ideológico está articulado, simultaneamente, como o palco de embate das lutas sociais e como a expressão íntima e pessoal dos indivíduos interactantes numa atividade de enunciação.

Toda palavra comporta *duas faces*. Ela é determinada tanto pelo fato de que precede de alguém, como pelo fato de que se dirige *para* alguém. Ela constitui justamente *o produto da interação do locutor e do ouvinte*. Toda palavra serve de expressão a *um* em relação ao *outro*. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela apóia sobre mim numa extremidade, na outra apoia-se sobre o meu interlocutor. (BAKHTIN, 2004, p. 113).

Compreendemos, então, que a palavra proferida pelo falante se estabelece num diálogo em continuidade ininterrupta como forma de relação entre os humanos. Desse modo, não há discurso que não produza efeito e o próprio trabalho de articulação dos elementos discursivos a serem utilizados é resultante de uma ação do sujeito interagindo com a língua e fornecendo condições de produção e de interpretação. De acordo com o referido autor (2004), toda palavra proferida se dirige a um interlocutor com quem é estabelecido um diálogo e, ao dizê-lo, o indivíduo o faz como uma réplica ao diálogo social. Então, o discurso acaba por levar consigo a ideologia envolta no mundo social ao qual pertence o falante e, conseqüentemente, introduz, em seu modo de pensar, exigências específicas quanto ao papel que representa na interação social. Em decorrência disso, observa-se que é na comunicação que o caráter dialógico da

linguagem se instaura, uma vez que permite que os indivíduos se revelem com o auxílio do *outro*.

2.3. PÊCHEUX: Sujeito, História e Ideologia na Construção dos Efeitos de Sentido

Também numa perspectiva diferente de Benveniste, Pêcheux (2009) contesta a abordagem individual e subjetiva de enunciação e, considerando a língua numa perspectiva histórica e social, desenvolve a ideia de que a linguagem é uma importante forma material da ideologia e, embora não sendo transparente, constitui-se como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Assim, já não se pode propor uma autonomia do sistema nos moldes saussurianos, mas uma autonomia relativa, uma vez que abrem-se caminhos para uma abordagem sócio-histórica da cristalização das formas linguísticas. A noção de discurso proposta por essa corrente linguística recobre a região situada entre o lingüístico e o histórico. Nesse caso, nenhum mecanismo de enunciação funciona desvinculado das relações de sentido e das relações de poder que o envolvem. Pode-se inferir, ainda, que todo discurso, sob essa ótica, mantém necessariamente relação com algo que lhe é prévio, constituindo-se, portanto, fruto de um processo discursivo no interior do qual toda manifestação linguística é imersa, isto é, o interdiscurso. Há um saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído que está na base de tudo que pode ser proferido e que sustenta cada iniciativa do sujeito com a palavra da língua. Logo, o efeito de sentido do discurso é resultante do interdiscurso.

É fundamental ressaltar que, na perspectiva da Análise do Discurso proposta por Pêcheux, o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia – a maneira pela qual os homens vivem suas relações com suas condições de existência. Essa interpelação que se dá ideologicamente é fruto de sua inserção em uma dada formação discursiva¹¹. Desse modo, há uma resignificação da noção de ideologia a partir da consideração da linguagem e os sentidos emergentes dos discursos tornam-se possíveis exclusivamente quando submetidos a uma formação discursiva, resultante de uma dada formação ideológica. Pode-se inferir que o discurso materializa o contato entre o ideológico e o

¹¹ O conceito de Formação Discursiva será retomado e melhor esclarecido adiante quando referenciarmos a abordagem do discurso proposta por Foucault, criador do termo.

lingüístico e que tanto o sujeito quanto o seu discurso enunciado são afetados pela ideologia.

Embora o sentido de um enunciado decorra da possibilidade de que ele seja substituído por enunciados equivalentes na mesma formação discursiva, é fundamental salientar que os efeitos de sentido provocados não serão necessariamente os mesmos, haja vista que cada enunciação está submetida a uma condição de produção específica. Existem determinações, características múltiplas de uma situação concreta, que condicionam a produção de um enunciado e que permeiam um processo discursivo. Logo, os sentidos são diferentes conforme as diferentes formações discursivas. Acerca disso, Orlandi destaca:

Na Análise do discurso, o dizível é definido, para o sujeito, pela relação entre formações discursivas distintas. Cada formação discursiva define o que pode e deve ser dito a partir de uma posição do sujeito, em uma certa conjuntura. O complexo das formações discursivas, em seu conjunto, define o universo do “dizível” e específica, em suas diferenças, o limite do dizer para os sujeitos em suas distintas posições (remissíveis e diferentes formações discursivas). (1990, p. 39)

Em *Discurso: estrutura ou acontecimento* (2006), Pêcheux analisa a relação indiscernível entre a descrição e a interpretação. De um lado estão os aspectos reais da língua em sua espessura, sujeita a equívocos e, de outro lado, estão situadas as interpretações e possibilidades de discursos pautados na própria base linguística. De acordo com Denise Malditer, “a posição de Pêcheux toma o rumo inverso das interpretações empiricistas da enunciação que identificam os traços lingüísticos da enunciação com a figura de um sujeito, centro e fonte do sentido”. (2003, p. 42). Podemos inferir, portanto, que na concepção do precursor da Análise do Discurso de linha francesa, a produção dos sentidos está intrinsecamente ligada à constituição dos sujeitos e não há como separar manifestação linguística de embates ideológicos que, por sua vez, possuem relação com a história e com a sociedade. Nesse caso, não se pode dizer que o sujeito é centro, senhor, origem ou livre. Na verdade, essa não liberdade se refere a que o sujeito não fala; ele é falado quando se manifesta discursivamente.

2.4. FOUCAULT: O Sujeito e as Práticas Discursivas

Este estudo embasa-se, ainda, numa perspectiva foucaultiana acerca do discurso. Mesmo tendo ciência de que Foucault não estava interessado em construir uma teoria do discurso, podemos afirmar que suas temáticas centrais foram fecundas para as pesquisas lingüísticas ocupadas com o discurso e são amplas, envolvendo as relações entre os saberes e os poderes na história da sociedade ocidental. No entanto, na sua análise da forma como a História se constitui, concebe o enunciado discursivo, produzido por indivíduos que com ela se envolvem, em sua função enunciativa, considerando o fato de que é sempre produzido por um sujeito, em um lugar institucional, determinado por regras sócio-históricas. Nesse caso, o sujeito é pensado como um construto realizado, historicamente, por práticas discursivas. “O enunciado não é, em si mesmo, uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço”. (FOUCAULT, 1995, p. 99).

Assim, compreendemos que, para esse estudioso francês, o que enunciamos são possibilidades de combinações resultantes de relações pré-estabelecidas, que comparecem, no momento da enunciação àquele que enuncia. Logo, Foucault procura refletir acerca das razões subjacentes ao mecanismo de agrupamento de certos enunciados em unidades. Nessa perspectiva, é que postula o conceito de Formação Discursiva tão significativo em seus estudos.

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos) diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva*. (FOUCAULT, 1995, p. 43).

Considerando que o discurso não pode ser definido fora das relações que o constituem, essas relações ocorrem no interior das *formações discursivas*. Na verdade, os acontecimentos discursivos estão vinculados às instituições nas quais se tornam eventos e, por isso, constitui-se como prática, isto é, prática política de um sujeito. Ele só pode ser concebido como uma família de enunciados pertencentes a uma mesma formação discursiva. Para Foucault, discurso é

um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele é constituído de um número limitado de enunciados, para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência; é de parte a parte, histórico – fragmento da história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade. (idem, p. 135-136)

Nesse sentido, o discurso se liga a localizações institucionais e é determinado por regras sócio-históricas que possibilitam que ele seja um enunciado. Logo, o sujeito discursivo está imerso na trama histórica e já lhe são prescritas as posições a serem ocupadas no momento da fala. Além disso, conforme se verifica na citação acima, o conceito foucaultiano de discurso pressupõe a ideia de que ele emerge no conjunto de enunciados e se integra, portanto, a um jogo enunciativo. Visto dessa forma, podemos entender que tal concepção de discurso remete à ideia de prática discursiva, uma vez que constitui-se como um conjunto de enunciados e os enunciados são performances verbais em função enunciativa. Isto é, os discursos são práticas que formam os objetos de que falam e só podem ser definidos nos contextos das relações que os constituem.

Foucault concebe os discursos como uma dispersão; não há nenhum princípio de unidade regendo os elementos que o constituem. Assim, ao descrever um enunciado, não se faz necessário analisar as relações entre o autor e o que foi proferido por ele, mas busca-se determinar qual é a posição que pode e deve ocupar qualquer indivíduo para ser o seu sujeito. Infere-se, com isso, que uma concepção unificante do sujeito deve ser rejeitada, uma vez que a função sujeito, nessa perspectiva, é vazia, constituindo-se como um espaço a ser preenchido por diferentes indivíduos que o ocuparão no momento mesmo da enunciação.

Na fase denominada *arqueológica*, Foucault mostra-se interessado nas chamadas ciências do homem, ou seja, em todas as ciências que o tomam como objeto. Nesse caso, é um homem discursando que será inserido nessa reflexão. Eis um aspecto que instaura significativas indagações que permeiam o projeto foucaultiano de análise da História: o que torna possível tais e tais discursos tidos como verdadeiros em determinados momentos históricos? Seriam os sujeitos que fazem a história ou esta faz-se a si mesma por intermédio deles e neles?

Criticando uma concepção positivista da História tradicional como continuidade, organizada com base em modelos de narrativas que priorizam a sequência linear de acontecimentos em uma suposta hierarquia de determinações, em que o sujeito é, de forma soberana, protegido, Foucault propõe analisá-la na sua descontinuidade e dispersão. Nessa perspectiva, o sujeito é descentrado e o lugar de certeza, bem como o valor documental dos textos históricos é colocado em xeque, haja vista que um mesmo fato histórico pode ser contado sob divergentes pontos de vista. O relator do fato é encarado não mais como o detentor da verdade sobre o acontecimento histórico, mas como alguém cujo relato só pode ser efeito construído pelo discurso. Desse modo, o recorte histórico feito pelo historiador está sujeito à interpretação e, mais do que isso, a confrontos entre as variadas formas de interpretação e, por esse motivo, não corresponde a um espaço de comprovações, no qual a interpretação se dá de forma unívoca. O desafio para o historiador é apenas descrever o que foi dito dentro de um dado espaço e das possibilidades descritivas.

Assim, o efeito de sentido provocado pelo relato histórico é, necessariamente, produto da intervenção do historiador que, ao escolher quais documentos devem ser vislumbrados com valor de testemunho, consciente ou inconscientemente o faz conforme sua própria posição na sociedade de sua época. São, portanto, os procedimentos discursivos que constroem a ilusão de objetividade, legitimidade e efeito de verdade ao texto histórico. A isso, vincula-se o fato de que, ao lidar com os documentos e suas respectivas condições de produção, inevitavelmente o historiador fará uma interpretação da forma como a sociedade está representada.

Visto dessa forma, o sujeito que enuncia um dado discurso não pode ser reduzido a mecanismos gramaticais, já que ele é historicamente determinado e a História é construída por jogos enunciativos e verdadeiras batalhas discursivas. Logo, o discurso proferido constitui-se como o espaço de confrontos materializados em acontecimentos discursivos e a produção dos sentidos construídos nesse viés é resultante do embate discursivo que se estabelece na teia que mantém imbricadas história e sociedade.

Ainda numa perspectiva da descontinuidade da construção do discurso histórico, Foucault postula que tal noção se tornou um dos elementos fundamentais da análise histórica, uma vez que é no limiar do seu funcionamento que o historiador deixa escapar sua própria história, isto é, ele fala a partir dessa ruptura, constituindo, portanto, uma necessidade elementar de que sejam abandonadas as noções ligadas ao postulado de continuidade para a construção do discurso histórico. Foucault, em algumas das suas contundentes negativas, propõe:

a história não é estrutura, mas vir a ser; não é simultaneidade, mas sucessão; não é sistema, mas prática; não é forma, mas esforço incessante de uma consciência retomando a si mesma e tentando se ressarcir até o mais profundo de suas condições [...] (2008. Sobre a Arqueologia das ciências. Resposta ao Círculo de Epistemologia. p. 86, **adaptado**)

Nesse caso, considera-se que os acontecimentos históricos narrados por alguém prescindem de uma lógica na qual perpassam as mentalidades de uma época e as influências que monitoram o pensamento e as formas de dizer do historiador.

O propósito fundamental deste estudo, voltado para o campo linguístico, não é, obviamente, o de aprofundar nas reflexões acerca da história e de sua narratividade. No entanto, tendo em vista que objetiva analisar o dicionário numa perspectiva discursiva, justifica-se tal abordagem da forma como Foucault vislumbra o discurso da história, considerando-se que a atribuição de verdade a um discurso qualquer é resultante do reconhecimento das relações significativas inerentes à relação entre os discursos e o indivíduo que os proferiu. Nesse sentido, ao mencionar os valores de um livro, na perspectiva da narração do acontecimento dispersivo histórico, Foucault afirma:

os limites de um livro nunca são nítidos, nem rigorosamente distintos: nem um livro pode existir por si mesmo; ele está sempre em uma relação de apoio e de dependência em relação a outros; é um ponto em uma rede; [...] sua unidade é variável e relativa: ela não se constrói, não se indica e, conseqüentemente, apenas pode ser descrita a partir de um campo discursivo. (2008, Sobre a Arqueologia das ciências. Resposta ao Círculo de Epistemologia. p. 89)

Essa noção de rede discursiva proposta por Foucault é fundamental para o que se propõe neste estudo. Tratar-se-á o discurso no jogo da instância própria a cada ato enunciativo. Assim, todo discurso manifesto reside secretamente em uma espécie de já dito. Aquilo que ele anuncia acha-se de certa forma articulado nesse silêncio que

precede sua enunciação. Por isso a necessidade de excluir qualquer possibilidade de analisar, na ordem do discurso, a irrupção de um acontecimento verdadeiro e original. É preciso tratá-lo no jogo da instância própria a cada um.

Se uma análise histórica do discurso vislumbra a procura e a repetição de uma origem que não recupera a própria determinação da origem do dizer; se a interpretação ou escritura de qualquer acontecimento tomado como um já dito em alguma dispersão temporal constituir-se-ia ao mesmo tempo um não dito; então, é impossível recuperar a origem secreta dos acontecimentos. Nesse ínterim, o inquestionável valor de verdade oficializado nos verbetes dicionários instaura-se como uma verdade situada, uma vez que é sempre proferida por um sujeito, situado sócio-histórico-ideologicamente, pautado em um já dito que se encontra inscrito em uma rede discursiva.

Logo, buscar-se-á reconhecer no dicionário em conjunto de relações invisíveis, haja vista que a noção de discurso incorpora, necessariamente, a noção de uma língua, constituindo-se como um sistema de enunciados possíveis. Discurso, desse modo, abarca um conjunto sempre finito de enunciados, limitado pelas sequências linguísticas por intermédio das quais foi formulado. Dessa forma, analisar o discurso veiculado pelo dicionário pressupõe questionar o fato de que tal enunciado surja e que nenhum outro poderia ocupar aquele mesmo lugar. Então, torna-se possível reconstituir um dado sistema de pensamento se situá-lo em um conjunto definido de discursos. Eis a noção de rede discursiva elementar para este estudo.

Assumir que o discurso está situado num jogo de enunciados possíveis em dada rede é vê-lo na perspectiva de acontecimento discursivo. Desse fato, emerge a necessidade de determinar as condições de existência de um dado discurso, reconhecer seus limites e estabelecer correlações com outros enunciados aos quais ele eventualmente possa estar vinculado, evidenciando, portanto, que outras formas de enunciação ele exclui. Assim, o que é enunciado em uma dada manifestação discursiva representa conjuntos discursivos que apenas teriam permanecido implícitos, não sendo, entretanto, inteiramente novos, uma vez que há um número de relações que podem ser determinadas a partir de sua irrupção.

Na perspectiva foucaultiana, tomar o discurso como acontecimento enunciativo é reconhecer que ele não é independente, nem solitário, nem soberano. Nesse caso, o discurso pode se articular com acontecimentos que não são, necessariamente, de natureza discursiva, “mas que podem ser de ordem técnica, prática, econômica, social, política” (FOUCAULT, op. cit. p. 94). Há, portanto, um jogo de relações que emanam do campo dos acontecimentos discursivos. O trabalho do analista desse discurso constitui-se, então, em descrever tais jogos de relações, considerando, evidentemente, um conjunto de condições nas quais está inserido o sujeito enunciador e que tornam possíveis e valorativos determinados acontecimentos discursivos em uma dada cultura. Isto é, as condições de produção e recepção de um dado discurso.

Desse modo, pode-se inferir que, em todo processo discursivo, o emissor inaugura estratégias de discurso, baseando-se na visão que tem do receptor e nos efeitos de sentido que intenta provocar, embora isso não ocorra de forma garantida e linear. Logo, o discurso constitui-se no espaço em que, necessariamente, saber e poder se articulam, já que quem fala, fala de um lugar específico, conforme os direitos que lhe são outorgados institucionalmente. Por conseguinte, esse discurso, que adquire valor de verdade, que transporta para o receptor o saber é, também, gerador de poder. Assim, pensar o discurso do dicionário é considerar que ele não pode ser analisado apenas e simplesmente sob seu aspecto lingüístico, mas como inserido em um jogo estratégico em que estão envolvidas as suas condições de produção e seus efeitos de sentido.

Com base nisso, o discurso veiculado pelo dicionário será visto neste estudo, considerando-se que ele está inserido em uma rede que envolve, por um lado, o quadro das instituições em que é produzido, as quais possuem o poder de delimitá-lo, bem como os embates históricos e sociais que se cristalizam na sua materialização e, por outro lado, o espaço que cada discurso configura para si mesmo no interior de uma rede discursiva. Assume-se, então, que o efeito de sentido provocado por essa teia discursiva é resultante de um embate que se trava na trama da história de uma sociedade. Logo, os sujeitos que enunciam não têm consciência das práticas discursivas que lhes são impostas e agem de acordo com as determinações de uma dada sociedade.

Compreende-se, portanto, que Foucault concebe o enunciado discursivo em sua função enunciativa, considerando o fato de que é produzido por um sujeito, em um lugar institucional, determinado por regras sócio-históricas. “O enunciado não é, em si mesmo, uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço”. (FOUCAULT, 1995, p. 99). Podemos afirmar, portanto, que entre o enunciado e o que ele enuncia há uma relação que envolve os sujeitos e a própria materialidade discursiva, perpassando necessariamente pela história. Então, a produção dos sentidos está intrinsecamente ligada à constituição dos sujeitos e não há como separar manifestação linguística de embates ideológicos que, por sua vez, possuem relação com a história e com a sociedade.

2.5. DOMINIQUE MAINGUENEAU: A Gênese dos Discursos

Numa perspectiva que se aproxima do pensamento foucaultiano, Dominique Maingueneau se inscreve no território de estudo dos discursos e reforça o que vem sendo evidenciado na abordagem aqui proposta. Em *Gênese dos Discursos* (2008), apresenta inicialmente um conceito de discurso bastante aproximado do que propõe o filósofo francês, afirmando que o discurso constitui-se como “uma dispersão de textos, cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas”. (p. 15). À semelhança de Foucault, considera também que “o discurso supõe que, no interior de um idioma particular, para uma sociedade, para um lugar, um momento definidos, só uma parte do dizível é acessível, que esse dizível constitui um sistema e delimita a identidade”. (p. 16). Compreendemos que, para esse estudioso, só é possível estudar as particularidades de um discurso se o submetemos a uma relação com outros discursos, sem desconsiderar que ele emerge de um contexto sócio-histórico intrinsecamente vinculado à sua condição de produção.

Conforme se verifica a partir da abordagem até aqui implementada, à medida que passa a se incorporar, nos estudos da enunciação discursiva, a relação de interação entre locutor e receptor, como condição elementar para sua interpretação, o discurso é vislumbrado como heterogêneo, constituindo-se como um complexo repleto de diversas

vozes sociais, resultantes do posicionamento histórico e ideológico de cada enunciador. Nesse sentido, Maingueneau e Charaudeau destacam que

Toda enunciação, mesmo produzida sem a presença de um destinatário, é de fato assumida em uma interatividade, constitutiva, ela é uma troca, explícita ou implícita, com outros locutores, virtuais ou reais, ela supõe sempre a presença de uma outra instância de enunciação à qual o locutor se dirige e em relação à qual ele constrói seu próprio discurso. (2006, p. 171).

Esta é, portanto, uma concepção de discurso bastante apropriada para o que nos propomos neste estudo, uma vez que consideramos que ele (o discurso) evidencia, reforça e ao mesmo tempo é reforçado pela estrutura social. E produzi-lo significa agir com a língua tanto na sua relação com o interlocutor quanto sobre a própria língua. Desse modo, não há discurso que não produza efeito e o próprio trabalho da articulação dos elementos discursivos a serem utilizados é resultante de uma ação do sujeito interagindo com a língua e fornecendo condições de produção e de interpretação. Ainda segundo Charaudeau e Maingueneau (idem, p. 171), “o sentido se constrói na interação e imbrica a palavra nas atividades práticas dos atores situados nos contextos de ação variados”.

Outro aspecto do discurso que adquire relevância para esta pesquisa está ligado ao fato de que, para evitar proferir uma mensagem inaceitável, o locutor, ocupando uma dada posição, necessita se inscrever em um dado espaço social, embora não seja recomendável que fale em nome de alguma transcendência. Tal característica do discurso está ligada à noção de paratopia, “noção introduzida por Maingueneau para designar a relação de inclusão/exclusão em um espaço social que implica o estatuto de locutor de um texto que decorre dos discursos constituintes” (2006, p. 368). Em *Discurso Literário*, Maingueneau utiliza-se desse termo para analisar os efeitos de sentido provocados pela obra literária. Segundo o autor, para que os enunciados produzidos sejam reconhecidos como pertencentes a um discurso literário, seu autor precisa apresentar-se como um escritor, definir-se com relação às representações e às atitudes comportamentais associadas a essa condição de escritor.

A paratopia surge para tratar da pertinência de um escritor, ao mesmo tempo, ao campo literário e à sociedade. Se compreendemos que em qualquer ato de enunciação são indissociáveis o dito e o dizer, o texto e o contexto, então o espaço discursivo

literário constitui-se na fronteira; está situado na instabilidade do social e do espacial. O escritor, por sua vez, ocupa uma difícil posição, uma vez que se situa entre o lugar e o não-lugar, uma localização parasitária, que se sustenta na própria impossibilidade de se estabilizar. Nesse sentido, Maingueneau (2006, p. 94) afirma:

Ainda que a obra literária tenha a pretensão de ser universal, sua emergência é um fenômeno fundamentalmente local, e ela só se constitui por meio das normas e relações de força dos lugares em que surge. É nesses lugares que ocorrem verdadeiramente as relações entre o escritor e a sociedade, o escritor e sua obra, a obra e a sociedade.

Na terceira parte deste estudo, apontaremos algumas reflexões sobre o lugar paratópico ocupado pelo sujeito lexicográfico, assumindo que os sentidos veiculados pelo discurso dicionarístico resultam, também, desse posicionamento limiar entre o lugar e o não-lugar a partir do qual o autor do dicionário controla e, de certa forma, manipula os meios de (re)produção de significações.

**CAPÍTULO III. OS DICIONÁRIOS DE LÍNGUA PORTUGUESA
PRODUZIDOS NO BRASIL: *PEQUENO DICIONÁRIO BRASILEIRO DE
LÍNGUA PORTUGUESA, NOVO AURÉLIO SÉCULO XXI E DICIONÁRIO
HOUAISS DE LÍNGUA PORTUGUESA***

“Muitas palavras que já morreram terão um segundo nascimento, e cairão muitas das que agora gozam das honras, se assim o quiser o uso, em cujas mãos está o arbítrio, o direito e a lei da fala”.(Horácio) ¹²

Os propósitos norteadores desta pesquisa estão pautados em elementos inerentes a dois aspectos significativos: de um lado, a forma como o dicionário está materializado e, de outro lado, o discurso que se manifesta na sua materialidade. Há aqui uma preocupação em percorrer os inevitáveis elementos ideológicos que compõem as afirmações propostas com valor de verdade, geralmente com valor instrumental inquestionável, expressas na microestrutura do dicionário, conforme se verá na sequência deste estudo. Considera-se que a análise discursiva das entradas lexicais de um dicionário deve pautar-se no reconhecimento de que são enunciados de enunciados, cujos significados estão sempre atrelados às vozes sociais e representam valores semânticos inerentes a um dado momento histórico.

Nunes (2002) sugere que o saber linguístico veiculado pelo dicionário é necessariamente produto histórico e cultural situado num determinado tempo e num dado espaço. Logo, ao estudá-lo, é inevitável considerar as condições de produção que envolvem seu processo de criação:

quem produz o dicionário, como, onde, para quem, em que circunstâncias? Analisando o caso brasileiro, levantamos as seguintes condições de produção: a territorialidade, a administração do território, a urbanização, a institucionalização, a influência de teorias, os domínios conexos, as tecnologias. (NUNES, 2002, p. 107).

Assim, uma concepção de linguagem como código, como representação objetiva das ideias e do mundo real não dá sustentação ao que se pretende aqui. Assume-se,

¹² In: *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001 (p. 5)

portanto, o posicionamento de que a língua possui uma opacidade que lhe é peculiar e que sua significação é sempre situada, na proporção que sua materialidade – o discurso – permite explicitar fatores sociais e históricos.

Tendo em vista que o dicionário constitui-se como um instrumento que não se concebe apenas como uma recopilação de palavras, este estudo o considera como um objeto de valor social, cuja importância transcende os limites puramente linguísticos ou culturais, já que pode, inclusive, influenciar de maneira decisiva sobre o desenvolvimento da sociedade. Logo, o trabalho aqui desenvolvido concebe as assertivas que compõem o dicionário como construto sociocultural, cujo valor perpassa a noção de texto para configurar-se como produção discursiva. Isto é, o valor de verdade adquirido pelo dicionário deve ser visto sob a ótica que o inclui, como qualquer discurso, em uma perspectiva social, histórica e cultural.

Tal perspectiva para o estudo do dicionário encontra-se embasada em uma tentativa de reconhecer, conforme Biderman (1984), que os dicionários constituem-se depositários da memória social. Em decorrência disso, interpelam-se em objetos culturais, espelhos por intermédio dos quais os membros de uma dada comunidade se reconhecem como nativos e como participantes de uma cultura. Assim, os dicionários, de acordo com a abordagem aqui adotada, devem ser vistos como uma materialidade que testemunha uma civilização, refletindo o conhecimento e o saber linguístico e cultural de uma sociedade em um determinado momento da história.

Desse modo, valor semântico veiculado pelos dicionários é resultante da combinação de unidades postas em uma dada sequência, não sendo simplesmente a soma de significados, uma vez que engloba todos os elementos significativos necessários à comunicação, a saber, contexto, situação, atitudes e disposições dos envolvidos na comunicação linguística. De acordo com Dubois e Dubois (1971), o dicionário é, então, estendido às estruturas ideológicas dominantes de uma época; e, ao mesmo tempo, participa na manutenção de certa ideologia criando as condições de sua

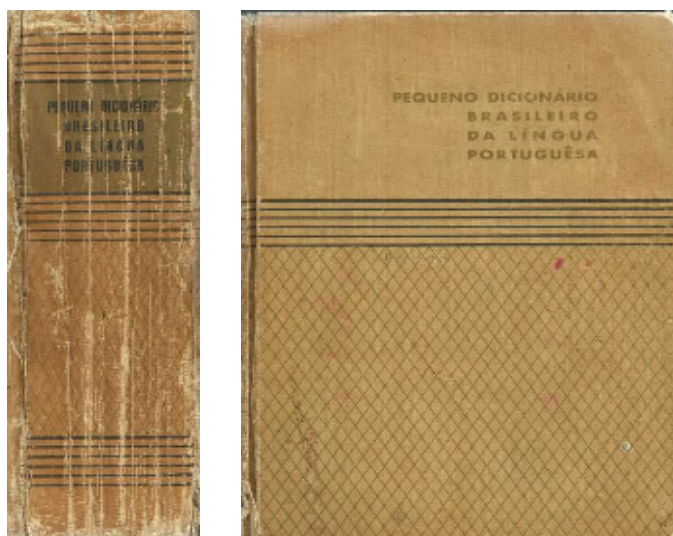
duração porque, sendo um lugar privilegiado de referência, oferece respostas que têm, para aqueles que o consultam, o valor de *instrução imposta*.¹³

Isso envolve a correlação do conceito de dicionário com questões relacionadas ao discurso. Logo, se consideramos o dicionário como discurso, busca-se reconhecer nele um importante material para se verificar os modos de dizer de uma sociedade, funcionando como um instrumento de estabilização dos discursos. Partindo dessa noção, trabalharemos o discurso lexicográfico, a partir de alguns verbetes que compõem a microestrutura de três dicionários distintos, que serão apresentados a seguir¹⁴. Ressaltamos, ainda, que o critério de escolha desses dicionários foi baseado no interesse por montar um *corpus* que representasse duas fases históricas distintas a fim de comparar como se dá o processo de estruturação da microestrutura do verbe em cada caso e de que forma a língua aparece representada em cada época. Com isso, objetivando vislumbrar que, com as divergências entre eles, torna-se evidente a subjetividade no fazer lexicográfico e, a partir das diferenças de sentidos veiculados decorrentes de transformações históricas, reconhecer a discursividade inerente aos dicionários. Nosso trabalho consiste em confrontar duas época distintas: de um lado o *Pequeno Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa* (1964) e, de outro lado, o *Aurélio Século XXI* (1999) e *Houaiss* (2001).

¹³ Le dictionnaire est donc sous-tendu par lês *structures idéologiques* dominantes d'une époque; et, en même temps, il participe au maintien de cette idéologie em créant les conditions de sa durée puisque, lieu privilégié de référence, il donne des réponses qui ont pour ceux qui le consultent la valeur d'*instructions* contrignantes. (DUBOIS & DUBOIS, 1971, p. 8)

¹⁴ Embora conscientes de que há outros aspectos significativos inerentes à paratextualidade das obras, tais como: notas marginais, epígrafes, ilustrações, em função das prioridades deste estudo, apresentaremos apenas alguns elementos, considerados mais relevantes, da edição dos dicionários analisados.

3.1 Pequeno Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa



O *Pequeno Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa* é considerado o primeiro dicionário brasileiro de língua portuguesa. Na sua primeira edição, a autoria é atribuída a “um grupo de filólogos”, mas a partir da segunda edição passa a ser atribuída a Gustavo Barroso e Hildebrando Lima

(organizadores) e Manuel Bandeira e José Baptista da Luz (revisores). A partir da 3ª edição, a obra passa a obter a revisão e a colaboração de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, o qual escreveu o prefácio que aparece a partir da 6ª edição. A participação de Ferreira nas contínuas edições desse dicionário indica certa continuidade em relação ao *Novo Dicionário da Língua Portuguesa, o Aurélio*, publicado em 1975.

O exemplar utilizado nesta pesquisa do *Pequeno Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa* (conforme ilustração ao lado) foi produzido pela Editôra Civilização Brasileira S.A., no Rio de Janeiro, em 1964, em sua 11ª edição. Possui capa de cor amarelo queimado, com aspecto envelhecido e consta, na parte superior, o nome da obra, escrita com letras discretas em tamanho médio, o título do dicionário. Na lombada, consta apenas o nome da obra.

Na parte interna, verifica-se folha de rosto (ou frontispício), com as seguintes informações: o nome da obra, a edição (11ª), a informação de que foi supervisionada e consideravelmente ampliada por Aurélio Buarque de Holanda Ferreira com assistência de José Baptista da Luz, além do nome da editora e o local onde foi publicada a obra. No verso do frontispício, consta uma sucinta ficha catalográfica e, na sequência, a página de créditos. O dicionário apresenta *prefácio* (elaborado por Aurélio Buarque de Holanda Ferreira) no qual seu autor afirma ter submetido a obra a uma rigorosa revisão e acrescentado aproximadamente dez mil palavras e acepções, incluindo os

brasileirismos, embora não se constate o número total de entradas. No prefácio, há um considerável detalhamento acerca das modificações propostas em relação a dicionários anteriormente publicados, além das informações quanto ao uso do dicionário.

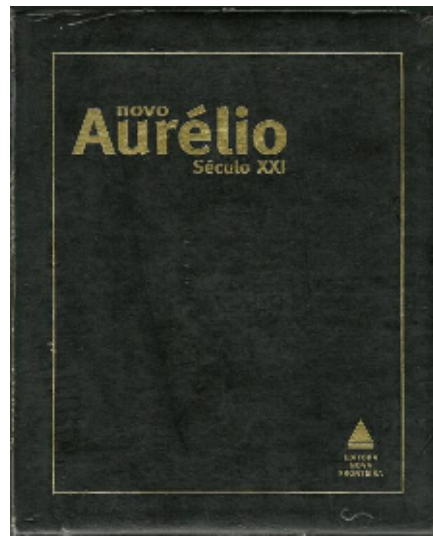
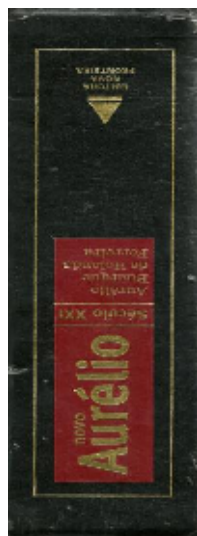
Na sequência, consta uma lista das abreviaturas e sinais utilizados, instruções para a organização do vocabulário ortográfico da língua portuguesa redigidas por *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente da Academia Brasileira de Letras à época. Após a sua nomenclatura (ou nominata – conjunto dos verbetes), nas últimas páginas do dicionário (um total de 1.301 páginas), encontra-se o apêndice em que são registradas palavras e expressões estrangeiras frequentemente usadas, provenientes do francês (p.e. *Après moi le déluge*), do inglês (p. e. *all right*), do latim (p. e. *apud*), do hebraico (p. e. *adonai*), do italiano (p. e. *ciao*), e uma segunda lista de abreviaturas com elementos diferentes daquela que comparece na começo do dicionário.

Ressalta-se, ainda, que neste dicionário, diferentemente dos demais, não há nenhuma epígrafe nem consta o referencial bibliográfico¹⁵, embora, no prefácio, o autor informe que “inseriu-se larga cópia de palavras colhidas na linguagem viva, em dicionários de regionalismos, obras de literatura regional; etc., ou mediante informações verbais ou por escrito”.

¹⁵ Verifica-se, na composição deste dicionário, inúmeras falhas quanto às regras propostas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para a produção bibliográfica. Supõe-se que isso seja decorrente do fato de que, embora a ABNT tenha sido criada em 1940 (ano anterior a publicação da obra), somente em 1962 (às véspera da publicação do dicionário), “a ABNT foi reconhecida por lei como Órgão de Utilidade Pública. Trinta anos depois, por meio da Resolução número 7 do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (CONMETRO), fez-se o reconhecimento da entidade como único Foro Nacional de Normalização”. (Informações extraídas do manual no qual consta a história da ABNT, disponível em http://www.abnt.org.br/downloads/conheca_abnt/historicoabnt.pdf. Acesso em: 29/12/10.

3.2 Novo Aurélio Século XXI

O *Dicionário Aurélio* caracteriza-se por ser a obra da vida de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, que faleceu em 1989. Sua primeira edição foi lançada em 1975 e continua sendo revista, ampliada e atualizada por uma equipe dirigida por Margarida dos Anjos e Marina Baird Ferreira. A sua



terceira edição, *O Novo Aurélio Século XXI (1999)*, foi produzida pela Editora Nova Fronteira e representa uma obra lexicográfica que se intitula dessa maneira, indicando, na perspectiva do autor e de seus editores, um marco divisor, haja vista que há a sugestão de que seja um instrumento representativo da língua viva emergindo dentre tantas novidades às vésperas do século XXI.

A obra possui 2.128 páginas e apresenta definições de mais de 435 mil verbetes, locuções e definições. Quanto aos aspectos de sua edição, a obra apresenta capa de cor preta, contendo, na parte superior, o título da obra em letras douradas e, na parte inferior, no canto direito, o símbolo e o nome da editora responsável por sua produção. Na lombada, aparece uma parte destacada em vermelho, contendo o título da obra e o nome do autor. (Conforme ilustração acima).

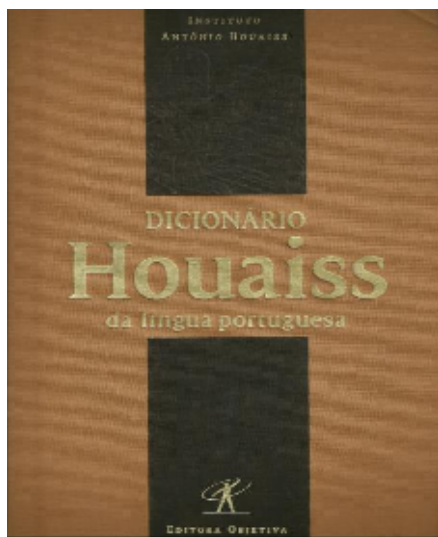
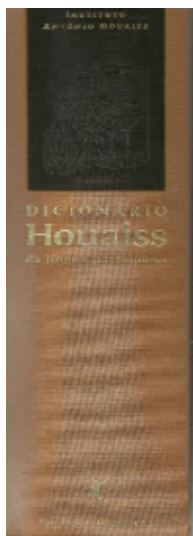
Consta, na parte interna, folha de guarda, frontispício, evidenciando, no alto da página, os nomes das responsáveis pela coordenação e edição do dicionário; no meio da página, está escrito em letras grandes *Século XXI: O Dicionário da Língua Portuguesa*; e na parte inferior, no lado esquerdo, o símbolo e o informativo: *Brasil 500 anos. O futuro começa aqui*. O dicionário *Aurélio Século XXI* apresenta, também, ficha catalográfica, dedicatória, página de créditos, nota editorial elaborada pelos seus editores, falando em nome da Editora Nova Fronteira e três prefácios: o primeiro (1975) e o segundo (1986) – prefácios à primeira e à segunda edição – assinados pelo próprio

lexicógrafo, dirigindo-se aos leitores, discorrendo acerca do fazer lexicográfico e apresentando características inerentes ao dicionário; o terceiro – prefácio à terceira edição (1999) – é assinado por Marina Baird Ferreira (viúva de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira) e Margarida dos Anjos – ambas trabalharam no Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa desde 1966.

Convém salientar, ainda, que o locutor do discurso que funciona como prefácio da primeira edição enuncia em terceira pessoa, como podemos notar nos seguintes fragmentos: “Adotou-se, aqui, em relação à fraseologia, o critério, eminentemente prático [...]” e “Corrigiram-se muitos e muitos cochilos do Vocabulário Ortográfico de 1943”. Por outro lado, os locutores manifestos nos prefácios da segunda e da terceira edições enunciam em primeira pessoa do plural: “Oferecemos ao leitor a 2ª edição do *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* atualizada [...]” e “Tínhamos pela frente prosseguir um trabalho reconhecidamente consagrado [...]”.

Além disso, o *Novo Aurélio Século XXI* apresenta páginas que explicam como usar o dicionário, uma tabela de transcrições fonéticas, um índice de abreviaturas e símbolos, um formulário ortográfico, o documento oficial da nomenclatura gramatical brasileira, um mapa das principais línguas indo-europeias, indicador com a letra para facilitar o manuseio e uma imensa bibliografia com livros e periódicos consultados (“Da pareceria da prosa com a poesia e a música resultou a referência a mais de 1.400 autores” (Os Editores, p. 9)). Há também, no dicionário, inúmeras palavras de origem latina que são usadas em português, como é o caso de *habeas corpus*, *habeas data*, *a posteriori*, *a priori*; o mesmo acontece com termos ingleses, como *down*, *download*, *hall* e franceses, como *gourmet*, *doublé*, *double face*.

3.3 Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa



Contemporâneo ao *Novo Aurélio Século XXI*, o *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa* é, segundo Margarita Correia, não só o mais extenso dicionário da língua portuguesa, como também é aquele que se propõe a objetivos mais audaciosos. O

projeto de confecção do dicionário teve início em fevereiro de 1986 com Antônio Houaiss que ambicionava criar o mais completo dicionário de língua portuguesa já compilado. Conforme informação contida no próprio dicionário, a elaboração foi interrompida em 1992 por carência de financiamento e, cinco anos depois, em 1997, foi retomada. Foi publicado em 2001, no Brasil, pela Editora Objetiva e pelo Instituto Antônio Houaiss.

O *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa* apresenta cerca de 228.500 unidades lexicais e está estruturado em um total de 2.922 páginas. Possui uma capa com formato moderno e atrativo (conforme se verifica na ilustração acima), de cor bronze com detalhes na cor preta. No centro, está escrito o nome da obra com letras chamativas em cor dourada e, dentro dos detalhes em preto, na parte superior, está o nome do Instituto Antônio Houaiss e, na parte inferior, o nome da editora.

Na parte interna, há folha de guarda, uma falsa folha de rosto, o frontispício do dicionário que aparece em página duplicada, evidenciando o título, o nome do Instituto, os nomes dos diretores (Antônio Houaiss, Mauro de Salles Villar e Francisco Manoel de Melo Franco), e informações sobre a editora e a edição. Há, ainda, ficha catalográfica, a história de Antônio Houaiss, seu proponente, epígrafes, referência aos apoios financeiros, agradecimentos e sumário.

Na sequência, consta a página de créditos com uma lista de nomes de 181 colaboradores que compõem a equipe editorial do dicionário; um prefácio elaborado pelo próprio Houaiss; e uma apresentação da obra redigida por Mauro de Salles Villar. Há, também, chave do dicionário, especificando as informações que comparecem no artigo lexicográfico; detalhamento dos verbetes e informações técnicas, como: entrada, campo da ortoepia e da pronúncia, campo da datação, campo de conteúdos ou das definições, subcampo do plural com sentido próprio, das locuções e da fraseologia, campo da gramática e da etimologia, quadro de transliteração do alfabeto grego, de vogais, etc. Destaca, ainda, informações sobre como os verbos comparecem no dicionário, bem como um quadro de conjugações verbais, lista geral de reduções, bibliografia das fontes de datação e etimologia. Por fim, nas últimas páginas do dicionário, após a nomenclatura, aparece um vasto referencial bibliográfico.

3.4. Os Paradigmas Presentes na Microestrutura do *Pequeno Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa*, do *Novo Aurélio Século XXI* e do *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*

De acordo com Silvestre (2008, p. 11),

Estudar o dicionário, além de construir um exercício de reflexão metalingüística, possui toda uma envolvimento histórica, pois recebe e origina uma tradição, introduz rupturas e inovações e recolhe os enunciados num determinado contexto social e temporal. A consideração desse facto tem motivado novas perspectivas de análise, que concebem o dicionário como um discurso de instituição de uma língua normalizada, em que a seleção das unidades lexicais é um acto linguístico, que é simultaneamente legitimador de um determinado uso.

Nesse sentido, antes de empreender qualquer proposta para análise do *corpus* a seguir, consideramos relevante salientar que a investigação de um ato de linguagem não pode dar conta da totalidade da intenção do sujeito enunciatador. Nesse sentido, o tipo de análise proposto aqui corresponde, de fato, à busca de *possíveis interpretativos* – termo utilizado por Patrick Charaudeau (2008, (p. 28) para referir-se a elementos linguageiros, semânticos e formais, que constituem “instrumentos úteis para interrogar o(s) texto(s)” – que surgem (ou que podem ser observados) no processo discursivo e que são reflexos

das representações linguísticas a partir das experiências dos indivíduos envolvidos em determinadas práticas sociais.

Tendo em vista que os sujeitos possuem um conhecimento linguístico diversificado que os permite fazer as escolhas das formas que lhes parecem adequadas para realizar o objetivo que têm em mente ao estabelecer o ato comunicativo, pode-se afirmar que o discurso lexicográfico ilustra essa competência. No decorrer dessa análise, considerar-se-á que, por intermédio da linguagem, que não é transparente, nem possui sentido evidente, conforme Orlandi (1996), os indivíduos produzem, reproduzem ou desafiam a realidade social na qual estão inseridos. Em qualquer circunstância comunicativa o interpretante, inevitavelmente, deve criar hipóteses (é como se fosse impossível que um indivíduo produzisse um ato de linguagem que correspondesse exatamente à sua intenção) para compreender, de fato, o que está sendo proferido.

Essas hipóteses contemplam elementos que vão desde os saberes do enunciador e do interpretante sobre o ato de comunicação até os saberes que um (enunciador) deve apresentar acerca do outro (interpretante) respectivamente, além da capacidade de estabelecer uma seleção de sentidos verdadeiramente possíveis para aquilo que está sendo dito. Assim, “para o sujeito interpretante, interpretar é criar hipóteses sobre: (i) o saber do sujeito enunciador; (ii) sobre seus pontos de vista em relação aos seus enunciados; (iii) e também seus pontos de vista em relação ao seu sujeito destinatário”. (CHARAUDEAU, 2008, p. 31).

Colocando-nos na condição de sujeito interpretante do discurso lexicográfico, destacamos algumas informações acerca do material a ser analisado. Nessa perspectiva, retomamos alguns conceitos inerentes à microestrutura dos dicionários e ampliamos certas noções que consideramos relevantes para o que propomos nesta pesquisa. Conforme Maria Aparecida Barbosa, recorrendo a Debove (1971),

existe uma microestrutura básica, constituída pelo conjunto de informações ordenadas que se seguem à entrada, que tem uma estrutura constante, correspondente a um programa e a um código de informações aplicáveis a qualquer entrada. A esse conjunto ‘entrada + enunciado lexicográfico’ denominamos ‘artigo’ ou ‘verbete’. (1999, p. 41)

Então, o *artigo* (termo a ser descrito) acrescido do conjunto de informações que se seguem à entrada, ou seja, o *enunciado lexicográfico (EL)* correspondem ao que se

denomina de microestrutura básica de um verbete. Assim, embora a quantidade, os tipos de paradigma, a sua distribuição combinatória e as coerções do enunciado sejam condicionados ao tipo de obra lexicográfica, considera-se relevante destacar que a microestrutura pode conter variadas informações tais como: informação fonética, variantes ortográficas, categoria gramatical, etimologia, conjunto de acepções, exemplos de emprego específico da entrada em área determinada (ou aplicação em contextos), abreviaturas, homônimos, parônimos, hipônimos, hiperônimos, etc.

Nessa mesma perspectiva, segundo Imbs (1960, p. 10 *apud* WELKER, *idem*, p. 118), “a arte suprema da lexicografia é a definição”. O mesmo autor, um dos primeiros a discorrer sobre a definição dicionarística, apresenta uma visão calcada na filosofia para o ato de definir uma palavra.

Sabe-se que a tradição aristotélica e a escolástica distinguem as *definições de palavras* e as *definições de coisas*. Do ponto de vista lingüístico, todas as definições são *definições de palavras*. Elas não têm pretensão à objetividade, querendo apenas traduzir o que, a respeito de um dado objeto, a palavra sugere à mente num dado ambiente histórico.

Considera-se, então, o fato de que, segundo Bueno (2007), toda microestrutura deve conter uma definição, que se constitua no principal componente do comentário semântico. Nesse sentido, a autora (*idem*, p. 116) recorre a Martínez de Souza (1995, p. 73), para quem definir é “estabelecer com clareza e precisão o significado que se deve tomar de uma unidade lexical”. A definição, por sua vez, “é a expressão do significado de uma unidade léxica que forma a entrada com a ajuda de vozes, locuções ou sintagmas conhecidos”.

Para Barbosa (1999), a eficácia dos dicionários, incluindo-se aí a satisfação por parte de quem os manuseia, envolve a escolha da organização de sua microestrutura e depende, em grande parte, da seleção e ordenação adequadas dos modelos de paradigmas subjacentes à sua estruturação, a saber, *paradigmas informacionais* (constituídos de abreviaturas, categoria gramatical, gênero, número, pronúncia, conjugação, homônimos, etc.), *paradigmas definitórios* (correspondem aos semas ou unidades de significação) e *paradigmas pragmáticos* (contêm informações contextuais

como exemplos e abonações)¹⁶. Assim, pode-se inferir que o sucesso na consulta de um dicionário depende da presença de informações nele constantes acerca de códigos que oferecem, da estrutura de acesso interna que viabilize a agilidade, além de um enunciado lexicográfico bem construído¹⁷.

Apresentaremos, a seguir, análises da organização da informação no interior da microestrutura¹⁸ dos dicionários que se constituem como instrumento desta pesquisa, a partir de alguns verbetes, procurando elucidar como se apresenta materializado o discurso dicionarístico. Isto é, serão analisados os paradigmas¹⁹ de cada verbeito conforme aparecem nas três obras lexicográficas estudadas. Convém salientar, inicialmente, que a escolha desses artigos lexicográficos se deu de forma aleatória e que procuramos trabalhar com, pelo menos, três unidades lexicais que representam categorias gramáticas diferentes: dois substantivos – *democracia* e *mulher*; uma preposição – *com*; e um verbo – *amar*. Além disso, os termos selecionados serão analisados da seguinte maneira: no primeiro momento faremos uma comparação entre os mesmos itens do *Pequeno Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa (1964)* e do *Aurélio Século XXI (1999)*, considerando que ilustram momentos diferentes da língua; no segundo momento, compararemos, com os mesmos verbetes, o *Aurélio Século XXI (1999)* e o *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa (2001)*, levando em conta a contemporaneidade entre ambos.²⁰

¹⁶ As especificações desses paradigmas (já que o autor reconhece a possibilidade de outros paradigmas) que compõem a microestrutura dos dicionários foram extraídas, além do trabalho de Barbosa (1999) do artigo *Obras Lexicográficas e Terminológicas: Definições* de Guilherme Fromm. Disponível em: <http://www.ileel.ufu.br/guifromm/upload/pdf>.

¹⁷ Destaca-se que tais elementos obedecem a um programa constante de informações ordenadas, em conformidade com as particularidades da língua que descreve em conformidade com o usuário a que estão destinadas.

¹⁸ Apresentaremos detalhadamente os paradigmas que os compõem.

¹⁹ Utilizaremos a sigla Paradigma I (ou PI) para *paradigma Informacional*; Paradigma D (ou PD) para *paradigma definitório* e Paradigma P (ou PP) para *Paradigma pragmático*.

²⁰ Todos os artigos lexicográficos foram digitalizados e encontram-se integralmente no corpo deste trabalho, tal como aparecem nos dicionários.

3.4.1 Verbete 1: DEMOCRACIA

- PEQUENO DICIONÁRIO BRASILEIRO DE LÍNGUA PORTUGUESA (1964)

Democracia, s. f. Governo do povo; soberania popular: (Sociol.) regime político que se funda nos princípios da soberania popular e da distribuição equitativa do poder, ou, por outras palavras, regime de governo que se caracteriza, em sua essência, pela liberdade do ato eleitoral, pela divisão dos poderes e pelo controle da autoridade, isto é, dos poderes de decisão e de execução.

Entrada (sempre registrada em cor preta): **Democracia**

Paradigma I:

1. *s.f.* (categoria gramatical – *substantivo* e gênero – *feminino*);

Paradigma P:

1. Sociol. (indicação de emprego do termo no campo da *Sociologia*);

Paradigma D:

Excetuando-se os elementos destacados anteriormente, todo o restante do enunciado lexicográfico pertence ao paradigma definitório. Observa-se que compõem, nesse verbete, três acepções, separadas por ponto e vírgula (;) e que as duas primeiras possuem caráter mais abrangente enquanto que a última é mais específica.

- AURÉLIO SÉCULO XXI

democracia. [Do gr. *demokratía.*] **S. f. 1.** Governo do povo; soberania popular; democratismo. [Cf. *vulgocracia.*] **2.** Doutrina ou regime político baseado nos princípios da soberania popular e da distribuição equitativa do poder, ou seja, regime de governo que se caracteriza, em essência, pela liberdade do ato eleitoral, pela divisão dos poderes e pelo controle da autoridade, *i. e.*, dos poderes de decisão e de execução; democratismo. [Cf. (nesta acepç.) *ditadura* (1).] **3.** País cujo regime é democrático. **4.** As classes populares; povo, proletariado. ♦ **Democracia autoritária.** *Ciênc. Pol.* Sistema de governo surgido após a 1ª Guerra Mundial, em geral anticomunista, firmado na supremacia do poder executivo em relação aos demais poderes. **Democracia popular.** *Ciênc. Pol.* Designação comum aos regimes políticos monopartidários dominantes nos países da área socialista. [Cf., nesta acepç., *república popular.*]

Entrada (sempre registrada em cor vermelha): **Democracia**

Paradigma I:

1. [Do gr. *demokratía*.] (informação quanto à etimologia – *do grego*);
2. **S. f.** (categoria gramatical – *substantivo* e gênero – *feminino*);
3. [Cf. *vulgocracia*], [Cf. (nesta acepç.) *ditadura* (1)], [Cf., nesta acepç., *república popular*] (o elemento cf. significa *compare*, indicando um sistema de remissiva, enviando o consulente para outra unidade lexical que representa alguma similitude ou contraposição de significado);
4. O sinal ◊, em cor, que marca no verbete o fim da área de definições da palavra e o início da área de locuções ou expressões que contêm a palavra em questão, com significados específicos (*Democracia autoritária, democracia popular*).

Paradigma P:

1. *Ciênc. Pol.* – comparece duas vezes nesse enunciado lexicográfico: é denominado pelo autor como *rubrica*, aparecendo, em geral, abreviada e serve para delimitar uma área em que a palavra é usada dentro do(s) significados(s) considerado(s).

Paradigma D:

Excetuando-se os elementos destacados anteriormente, todo o restante do enunciado lexicográfico pertence ao paradigma definitório. Diferentemente do que comparece no *PDBLP*, nesse caso, as acepções são enumeradas e, apesar deste dicionário, colocar-se na condição de representante da língua no século XXI, verifica-se uma permanência de elementos que não são atualizados, como *democracia autoritária* e não há exemplos para ilustrar o emprego e uso do termo.

- DICIONÁRIO HOUAISS DE LÍNGUA PORTUGUESA

democracia *s.f.* (1671 cf. RB) POL 1 governo do povo; governo em que o povo exerce a soberania 2 sistema político cujas ações atendem aos interesses populares 3 governo no qual o povo toma as decisões importantes a respeito das políticas públicas, não de forma ocasional ou circunstancial, mas segundo princípios permanentes de legalidade 4 sistema político comprometido com a igualdade ou com a distribuição equitativa de poder entre todos os cidadãos 5 governo que acata a vontade da maioria da população, embora respeitando os direitos e a livre expressão das minorias 6 *p.ext.* país em que prevalece um governo democrático (*ele é cidadão de uma autêntica d.*) 7 *p.ext.* força política comprometida com os ideais democráticos (*a d. venceu as eleições naquele país*) 8 *fig.* pensamento que preconiza a soberania popular (*a d. ganhou espaço na teoria política*) ◊ d. **direta** POL forma de organização política em que o povo controla diretamente a gestão da sociedade, sem delegar poderes significativos ou conceder autonomia de ação a representantes ou mandatários [Tende a se encontrar apenas em grupos sociais de pequenas dimensões, tais como algumas cidades-estados da Antiguidade grega.] ◊ *p.opos.* a *democracia representativa* ◊ d. **econômica** POL conjunto de teorias de inspiração socialista,

socialdemocrata, anarquista ou cooperativista, que propugnam a extensão das práticas políticas democratizantes das sociedades liberais para o âmbito econômico, abrangendo idéias heterogêneas como socialização dos meios de produção, gerenciamento participativo, autogestão, co-gestão etc.; *democracia industrial* ◊ *p.opos.* a *democracia política* ◊ d. **industrial** POL m.q. **DEMOCRACIA ECONÔMICA** ◊ d. **liberal** POL regime político inspirado nos ideais iluministas que guiaram a Revolução Francesa, baseado nas idéias de soberania popular, separação de poderes, representatividade política, liberdade individual, impondo limites ao poder público e multipartidarismo ◊ *p.opos.* a *democracia popular* ◊ d. **política** POL sistema de governo comprometido com a preservação de direitos políticos semelhantes para todos os cidadãos, tais como a liberdade de expressão e opinião, de organização política ou de eleição dos governantes ◊ *p.opos.* a *democracia econômica* ◊ d. **popular** POL cada um dos regimes políticos que se constituíram inspirados no modelo de Estado socialista da antiga União Soviética (monopartidário ou não), tendo como programa a construção da sociedade comunista ◊ *p.opos.* a *democracia liberal* ◊ d. **representativa** POL organização social em que o povo, através de eleições, outorga mandatos a representantes que passarão a exercer autoridade em seu nome ◊ *p.opos.* a *democracia direta* ◊ ETIM gr. *dēmokratía*, de *dēmos* 'povo' + **kratía* 'força, poder' (do v.gr. *kratēō* 'ser forte, poderoso'), adp. ao lat.tar. *democratīa,ae* 'id.', prov. através do fr. *démocratie* (1370 em Nicole D'Oresme, 1694 no sentido moderno); atribui-se à infl. do fr. a prosódia deste voc. em port.; ver *dem(o)-* e *-cracia* ◊ ANT absolutismo, aristocracia, autocracia, autoritarismo, cesarismo, despotismo, elitismo

- **Entrada** (sempre registrada em cor preta): **Democracia**

Paradigma I:

1. *s. f.* (categoria gramatical – *substantivo* e gênero – *feminino*);
2. (1671 c.f. RB): é o campo da datação que se encontra entre parênteses onde é anotada a data do primeiro registro conhecido ou estimado da palavra, com indicação da fonte onde ocorre ou da primeira obra lexicográfica que a incluiu em sua nominata. Nesse caso, a referência é Rafael Bluteau. *Vocabulário portuguez e latino*.
3. *p. ext.* – por extensão de sentido: representa os sentidos que são extensões da acepção pregressa ou de alguma das acepções anteriores do verbete;
4. *p. opos.* - expressão reduzida de *por oposição a* utilizada para indicar que o sentido da palavra opõe-se ao de outra, mas sem que se trate de antonímia;
5. *fig.* – abreviatura de sentido figurado (pensamento que preconiza a soberania popular);
6. *ETIM gr.* – indica a etimologia da palavra, especificamente nesse caso, do grego;
7. *ANT* – indica os antônimos (*absolutismo, aristocracia, autocracia etc.*);
8. *Sinonímia* – **d. industrial POL m.q.** (= mesmo que) *DEMOCRACIA ECONÔMICA*.

Paradigma P:

1. *POL*: comparece três vezes nesse enunciado lexicográfico e serve para delimitar uma área em que a palavra é usada dentro do(s) significados(s) considerado(s). Nesse caso, o campo da Política.
2. *Exemplos*: <ele é cidadão de uma autêntica d.>; <a d. venceu as eleições naquele país>; <a d. ganhou espaço na teoria política>; são exemplos de emprego da entrada.

Paradigma D:

Excetuando-se os elementos destacados anteriormente, todo o restante do enunciado lexicográfico pertence ao paradigma definitório. Nesse caso, à semelhança do que ocorre com o *Aurélio Século XXI*, as acepções são enumeradas e, diferentemente deste, não se registra o termo *democracia autoritária* demonstrando maior atualização do significado da entrada. Além disso, destaca-se que comparecem registradas oito acepções e alguns exemplos para ilustrar o emprego do termo.

3.4.2 Verbetes 2: MULHER

- PEQUENO DICIONÁRIO BRASILEIRO DE LÍNGUA PORTUGUESA (1964)

Mulher, *s. f.* Pessoa do sexo feminino, depois da puberdade; espôsa (aum. : *mulherão, mulheraça, mulherona*); — *à-toa* (Bras.) (pop.), — *da comédia* (Bras., São Paulo) (pop.), — *da rótula* (Bras., Rio de Janeiro) (pop.), — *da rua* ou — *da vida* (Bras.), — *de má nota*, — *de ponta de rua* (Bras., Norte), — *do fado*, — *do fandango* (Bras., São Paulo) (pop.), — *do mundo* (Bras.) (pop.), — *do pala aberto* (Bras., São Paulo) (pop.), — *errada*, — *perdida*, — *pública*, — *vadia* (Bras.): (V. *Meretriz*).

Entrada (sempre registrada em cor preta): **Mulher**

Paradigma I:

1. *s. f.* (categoria gramatical – *substantivo* e gênero – *feminino*);
2. *Aum.*: *mulherão, mulheraça, mulherona*.
3. *V. Meretriz*: o sinal *V.* corresponde a *veja*. O termo *V. Meretriz* indica um sistema de remissiva, enviando o consulente para outra unidade lexical que representa alguma similitude ou contraposição de significado.





Paradigma P:

2. (Bras.) – Brasileirismo (indica o sentido do termo no português brasileiro);
3. (pop.) – Popular (indica o sentido do termo empregado popularmente);
4. São Paulo, Rio de Janeiro, Norte: indica as cidades e região de onde provêm alguns sentidos.

Paradigma D:


Excetuando-se os elementos destacados anteriormente, todo o restante do enunciado lexicográfico pertence ao paradigma definitório. Observa-se que compõem, nesse verbete, três acepções, separadas por ponto e vírgula (;) e que as informações veiculadas nesse enunciado evidenciam uma tentativa de conceituar mulher, tal como a sociedade a reconhecia naquele momento (1964), e não uma prioridade em definir a palavra mulher.

▪ AURÉLIO SÉCULO XXI

mulher. [Do lat. *muliera*.] *S. f.* 1. O ser humano de sexo feminino. 2. Esse mesmo ser humano considerado como parceira da humanidade:  os direitos da mulher. 3. A mulher (1) na idade adulta. 4. *Nasr.* Adolescente do sexo feminino que atingiu a puberdade; moça. 5. Mulher (1) dotada das chamadas qualidades e sentimentos femininos (carinho, compreensão, dedicação ao lar e à família, intuição):  Como mulher, sabe apoiá-lo na justa medida. 6. A mulher (1) considerada como parceira sexual do homem. 7. Cônjuge do sexo feminino; a mulher (1) em relação ao marido; esposa. 8. Amante, companheira, concubina. 9. Mulher que apresenta os requisitos necessários para um determinado empreendimento, para um determinado encargo:  mulher de negócios. 10. Uma mulher (1) qualquer; dona:  Quem telefonou? — Uma mulher. [Aum., nas acepç. 1, 3 a 6: *mulheraça*, *mulherão* e *mulherona*.] ♦ Mulher da sociedade. A que frequenta a alta sociedade e conhece seus hábitos e costumes. Ser como a mulher de César. Ser mulher de reputação instacável.

Entrada (sempre registrada em cor vermelha): **Mulher**

Paradigma I:

1. [Do lat. *muliere*.] – (informação quanto à etimologia – *do latim*);
2. *S. f.* (categoria gramatical – *substantivo* e gênero – *feminino*);
3. *Aum.*: nas acepç., 1, 3 a 6: *mulheraça*, *mulherão*, *mulherona*;
3. O sinal , em cor, que marca no verbete o fim da área de definições da palavra e o início da área de locuções ou expressões que contêm a palavra em questão, com significados específicos (*Mulher da sociedade*; *Ser como a mulher de César*).

Paradigma P:

1. Os exemplos – funcionam como exemplificação do uso da palavra naquele significado. Nos casos em que aparece um símbolo em vermelho que lembra uma folha cortada no canto superior direito, têm-se os exemplos criados pelo próprio lexicógrafo: *os direitos da mulher*; *Como mulher, sabe apoiá-lo na justa medida*; *Quem telefonou?*...

Paradigma D:

Excetuando-se os elementos destacados anteriormente, todo o restante do enunciado lexicográfico pertence ao paradigma definitório. São oito acepções para o termo, enumeradas e separadas por ponto (.). Conforme observar-se-á a seguir com o dicionário *Houaiss*, o autor utiliza a ideia de mulher no seu sentido pejorativo como “homem afeminado”, o que permite reconhecer no *Aurélio* uma visão um conservadora do termo.

3. p.ext. – por extensão de sentido: representa os sentidos que são extensões da acepção pregressa ou de alguma das acepções anteriores do verbete. Nesse caso, *a fêmea humana como parceira sexual...*;
4. p.ext.obsl: por extensão, indicando sentido obsoleto: (*serviçal ou empregada que trabalha para alguém ou em determinada tarefa*).
5. p.opos.- expressão reduzida de *por oposição a* utilizada para indicar que o sentido da palavra opõe-se ao de outra, mas sem que se trate de antonímia (por oposição à *senhora, dama*)
6. fig. – abreviatura de sentido figurado (*cuja função principal é cuidar da família; fraco fisicamente, idealmente belo...*);
7. pej. – sentido pejorativo: *homem afeminado, que lembra uma mulher; homossexual...; prostituta, meretriz.*
8. fig. pej. – indica o sentido figurado pejorativo (típico de palavras e expressões que são grosseiras ou preconceituosas): *insensato, superficial, volúvel...; intrigante e/ou sedutor...*
9. infrm: indica o emprego da acepção em linguagem informal: *mulher de verdade, mulher do piolho...*
10. GRAM – informação estritamente gramatical: *aum.irreg.: mulherão, mulheraça.*
11. GRAM/USO: corresponde à informação gramatical, e ao emprego da unidade léxica na língua: *empr. tb. apositivamente em locuções e composições eventuais.*
12. ETIM lat. – indica a etimologia da palavra, especificamente nesse caso, *do latim;*
13. COL feminino – indica o coletivo feminino: *mulherame, mulherio.*

Paradigma P:

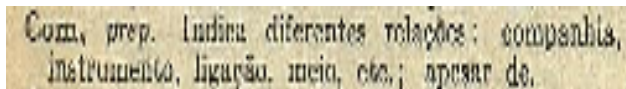
1. PSIC: comparece nesse enunciado lexicográfico e serve para delimitar uma área em que a palavra é usada dentro do(s) significado(s) considerado(s). Nesse caso, o campo da Psicologia.
2. Exemplos: <m. das cavernas.>; <existe a m. que sonha torna-se rainha do lar>; <aquela mulher troca tanto de marido quanto da cor do cabelo > ...: são exemplos de emprego da entrada.

Paradigma D:

Excetuando-se os elementos destacados anteriormente, todo o restante do enunciado lexicográfico pertence ao paradigma definitório. Nesse verbete, comparecem doze acepções para o termo e um número significativo de sinônimos. O fato de fazer referência ao valor pejorativo do termo “homem afeminado, que lembra uma mulher” denota uma visão de mundo diferenciada do *Aurélio*, atualizada e que está aqui produzida pela linguagem.

3.4.3 Verbetes 3: COM

- PEQUENO DICIONÁRIO BRASILEIRO DE LÍNGUA PORTUGUESA (1964)



Com, prep. Indica diferentes relações: companhia, instrumento, ligação, meio, etc.; apesar de.

Entrada (sempre registrada em cor preta): **Com**

Paradigma I:

1. *Prep.* (categoria gramatical – *Preposição*);

Paradigma P:

Não consta, neste verbete, informação alguma que esteja vinculada ao paradigma pragmático.

Paradigma D:

Excetuando-se a informação de que se trata de uma preposição, todo o restante do enunciado lexicográfico pertence ao paradigma definitório. Consta apenas uma acepção.

• AURÉLIO SÉCULO XXI

com, [Do lat. *cum*.] **Prep.** 1) Partícula usada em português nos seguintes casos (entre vários outros): 1) Introduce complemento terminativo de verbos, substantivos e adjetivos que implicam ideia de concomitância, comparação, semelhança, união, simpatia, acordo, ou desacordo, exclusividade, simultaneidade, etc.: [1] "Presto que não excedesse os vinte e oito anos, o vigário, no passado e refletido do seu dizer, não parecia **com** os cinquenta anos de algum ogresso daquela tempo." (Camilo Castelo Branco, *O Bem e o Mal*, p. 55); [2] *Confrontando Pedro **com** Paulo, nota-se a superioridade do primeiro.*; [3] "A casa de seu Carneiro não se parecia nada com as fazendas da região" (Pedro Nave, *Os de Ossos*, p. 278); "Juntou-se a turma **com** a vontade de comer" (*dão popular*); "— Vai casar **com** uma viúva." (Machado de Assis, *Várias Histórias*, p. 91); "contava **com** a mãe e com a vizinhança dos passaros das falésias para que o pardigoto não se aventurasse muito para diante." (José Cardoso Pires, *O Anjo Anorado*, p. 73); "ficou em paz com Deus e os homens." (Machado de Assis, *Várias Histórias*, p. 22); "Fez amizade com um seu vizinho distante." (Rafael de Queirós, *100 Crônicas Escótiadas*, p. 29); [4] *Seus atos não são concordes **com** a sua pregação; Sua chegada coincidiu **com** a minha ausência.* 2) Junto aos nomes, designa o adjunto restritivo do nomeado, parte, acessório: [5] *Uma gruta **com** outra cavada*; [6] "Cadeiras de espaldar **com** fulvas pregarias" (Gonçalves Crespo, *Obras Completas*, p. 204); [7] *Amamos **com** gratidão*; [8] "No princípio, Adão e Eva amanhoceram nus, e estavam contentes... **com** a singelaza do seu trajar." (Camilo Castelo Branco, *Notas de Tonico*, p. 3); [9] É elemento fundamental de nume-

rosas locuções adverbiais de modo, substitutivas dos advérbios em *questo*: [10] *Idétron no assunto **com** vigor*; *Procede **com** fidelidade.* 4) Auxilia a formação de locuções prepositivas: a) funcionando como elemento conectivo principal: [11] *de parceria **com**, de cara fechada **com***; b) regendo o substantivo fundamental da expressão: [12] *uma referência **com***; c) constituindo locuções prepositivas: [13] *é seiva para **com** o fôfo.* 5) Sobreretudo antecelando verbos no infinitivo, indica ideia de concessão e equivale a "apesar de": [14] "Três de Castro ..., **com** ser o mais belo, é também o mais simples assunto que ainda trataram poetas." (Abneida Garrett, *Frei Luiz de Sousa*, p. 37); [15] *Como é que ele saiu **com** este mal tempo?* 6) Entro na formação de adjuntos circunstanciais que indicam: a) companhia, acompanhamento: [16] "Dê-me uma saudades em me lembrando / Do belo tempo que passei **com** elas" (José de Deus, *Canção de Flores*, I, p. 248); b) preço, custo ou compensação: [17] "Mas pagar tanto amor **com** tédio, e asco..." (Santa Rita Durão, *Coronaria*, VI, 38); c) causa ou motivo: [18] "Verão morrer com fome os filhos caros / Em tanto amor gerados e nascidos" (Luís de Camões, *Os Lusíadas*, V, 49); "Rua fora, caminhou depressa, **com** medo de que ainda o chamassem" (Machado de Assis, *Várias Histórias*, p. 63); d) provisão ou abundância: [19] *Tinha **com** um coitote **com** duas*; e) meio ou instrumento: [20] "Esfregava o meu a mão direita" (José Cardoso Pires, *O Anjo Anorado*, p. 19); "Com um pé bateu o terreno" (Id., *ib.*, p. 82); f) concessão: [21] *Como **com** alguns tyflicentes, não conseguiu **com** o corpo*; g) matéria: [22] "pintavam o corpo **com** tinta azul." (Paulo Mercadante, *Os Sertões do Leste*, p. 34); h)

Entrada (sempre registrada em cor vermelha): Com

Paradigma I:

1. [Do lat. *Cum*] (informação quanto à etimologia – *do latim*);
2. **Prep.** (categoria gramatical – *preposição*);

Paradigma P:

1. Os exemplos – funcionam como exemplificação do uso da palavra naquele significado. Nos casos em que aparece um símbolo em vermelho que lembra uma folha cortada no canto superior direito, tem-se os exemplos criados pelo próprio lexicógrafo: *confrontando Pedro **com** Paulo...*; *Como é que ele saiu **com** este mal tempo?*; *Esfregava-o **com** a mão direita.*
2. Consta o emprego de abonações. A abonação tem a mesma função do exemplo, mas é extraída de um texto literário ou de publicação periódica, ou de letra de música. Neste dicionário aparece ilustrada com um símbolo que lembra um livro aberto: *Cadeiras de espaldar **com** fulvas pregarias* (Gonçalves Crespo, *Obras Completas*); *Pintavam o corpo **com** tinta azul* (Paulo Mercadante, *Os Sertões do Leste*, p. 34)... A maioria dos

exemplos utilizados pertence a obras literárias, discursos significativos e com valor de verdade já cristalizado em nossa sociedade.

Paradigma D:

Excetuando-se os elementos destacados anteriormente, todo o restante do enunciado lexicográfico pertence ao paradigma definitório. Nesse dicionário, comparecem cinco acepções

• DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA

COM prep. Invariável. 1 relaciona por subordinação e expressa os sentidos: 1.1 companhia, acompanhamento, reunião; em companhia de (com o irmão) (quando o velho delatou do irmão) (com o cliente); 1.2 acordo ou desacordo, em conformidade (ou inconformidade) com (concordaram com o poeta: nada será como antes) (de acordo com esse, as tarifas terão de baixar) (em desacordo com a família, divorciou-se); 1.3 relações interpessoais diversas (afeto, adversidade, aproximação, união, oposição etc.); no que se refere a (querência dos filhos) (gostar de crescer muito, a mulher) (querer ver a vitória) (identificar-se com) (estar muito interessado no jogo brasileiro) (o marfote do Brasil e o Paraguai); 1.4 meio ou instrumento; por meio de (seguiu a péssima uma tenaz); 1.5 comparação (tanto parecido com o pai); 1.6 condição de vantagem ou desvantagem (saír o sorte de uma empreitada) (vender o fregio um tanto); 1.7 manéira de um conteúdo ou de uma parte ou de um acessório (um jogo de vinhos) (uma gaze de documentos); 1.8 adição ou adjução; além de (o Brasil pretendia melhorar os seus conhecimentos de inglês); 1.9 sensação ou padecimento (para a alma) (para a criança); 1.10 manéira (se conhecemos a usina de petróleo) (uma fabricação construída a maneira de); 1.11 modo de ser ou de agir (para a vida) (construir a viver sem fim-lira); 1.12 estado de espírito (debaixo de); 1.13 processo, relação simultânea; concomitante com, perto de, junto de (convence-se sempre a durar) (a dor vem passar do tempo); 1.14 finalidade, objetivo, propósito (quererem aqui a presença de nos domar); 1.15 oposição, contraste ou restrição; malgrado, apesar de (o resumo que dá o início, afirma-se a palavra); 2 empri. com valor adverbial, pode ser o sintagma introduzido pelo com 2.1 equivalente a um gerúndio (o fazer muitas conexões, não haverá mais possibilidade de co-municação governamental (= fazendo)); 2.2 equivalente a um advérbio em -mente (consegue com facilidade (= covardemente)); 3 empri. em exclamações (ó, a beleza) (ó, um desvoto); 4 e 5 com (usuário) como conectivo principal, na formação de sintagmas prepositivos, pode

ser empri. com valor de entre ou para (ambos foram os conhecidos; simpatia com os irmãos); b) como conectivo secundário, pode repetir o substantivo principal da expressão (conheço para a as palavras); c) empri. em lugar do artigo (cumprir as suas obrigações); d) empri. com certos verbos pode acrescentar-lhes matizes de sentido, p.ex., ter alguém com si (estar acompanhado por alguém, ter o apoio de alguém); estar o alguém (estar acompanhado de alguém, estar vivendo em companhia com alguém, ser apoiado de alguém, simpatizar com ele); e) com valor adverbial, pode ser utilizado no sujeito das narrativas, visam a ocorrer (com) o espírito em fogo pela curiosidade; f) agrega-se como prefixo a outro vocábulo e torna visível o processo de gramaticalização na língua quando entra, p.ex., na formação de *comatosa, comacento*; g) aglutina-se, com formas dos pronomes pessoais, referentes ao adlativo latino (*comi, comis, comis, comi, comi, comi*) ou a um prep. lat. *cum* exprime idéias de companhia, sociedade, junção no tempo ou no espaço, qualificação, maneira de ser ou de estar, acompanhamento e consequência, instrumento; rege complemento de verbos que implicam convergência, função de divergência, oposição; esses diversos sentidos são valores contextuais da prep. com que, como el. estruturador, precede um determinante (voc., sint., oração) e o relaciona a um determinado (voc., sint., oração), para definir, entre os el. inter-relacionados, noções de adição, associação, simultaneidade, convergência ou indicar modo, meio ou instrumento; a prep. com rege abl. por indicar modo e meio, desenvolve, nas línguas romanas, a função específica de introduzir o el. instrumental; *Lusit. 1273 c.f. IVPM, sXIII com, sXIII co e ANT sem*; *NOB de 1901, 0287 001, 001*

Entrada (sempre registrada em cor preta): **Com**

Paradigma I:

1. *Prep.* (categoria gramatical – *preposição*);

2. (1273 c.f. IVPM): é o campo da datação que se encontra entre parênteses onde é anotada a data do primeiro registro conhecido ou estimado da palavra, com indicação da fonte onde ocorre ou da primeira obra lexicográfica que a incluiu em sua nominata. Nesse caso, A. G. Cunha. *Índice do Vocabulário do Português Medieval*.

3. GRAM/USO: corresponde à informação gramatical, e ao emprego da unidade léxica na língua: pode ser *empr. com valor de entre ou para; aglutina-se tb. com as formas dos pronomes pessoais, referentes ao ablativo latino...*

4. ETIM lat. – indica a etimologia da palavra, especificamente nesse caso, *do latim*;

5. ANT – indica o antônimo (*sem*).

Paradigma P:

1. Exemplos: <de acordo c. isso as tarifas terão de baixa>; <c. isso pretendiam melhorar os seus conhecimentos em inglês >; <apareceram aqui c. a pretensão de nos dominar>...: são exemplos de emprego da entrada.

Paradigma D:

Excetuando-se os elementos destacados anteriormente, todo o restante do enunciado lexicográfico pertence ao paradigma definitório.

3.4.4 Verbetes 4: AMAR

- PEQUENO DICIONÁRIO BRASILEIRO DE LÍNGUA PORTUGUESA (1964)

Amar, v. t. Ter amor a; querer muito bem a; gostar muito de; desejar; escolher; int. ter amôres, estar enamorado. (M.-q.-perf. ind.: amara, amáramos, amáreis, etc.; fut. do pres.: amarei, amarás, amareis, etc.; pres. subj.: ame, ames, amem, etc.; imperf. subj.: amasse, amássemos, amásseis, etc. Cf. amaramos e amareis, do v. amarar, amassemos e amasseis, do v. amassar, e amém, interj. e s. m.).

Entrada (sempre registrada em cor preta): **Amar**

Paradigma I:

1. v.t. (categoria gramatical – *verbo transitivo*);

2. M. -q. -perf. Ind. (categoria gramatical – conjugação no tempo *pretérito mais que perfeito*);

3. O termo Cf. indica um sistema de remissiva, enviando o consulente para outra unidade lexical que representa alguma similitude ou contraposição de significado:

amamos e amareis, do v. amarar, amassemos e amasseis, do v. amassar, e amém interj. e s.m.

Paradigma P:

Não consta, neste verbete, informação alguma que esteja vinculada ao paradigma pragmático.

Paradigma D:

Excetuando-se os elementos destacados anteriormente, todo o restante do enunciado lexicográfico pertence ao paradigma definitório. São cinco acepções separadas por ponto-e-vírgula (;) e representação da forma como o verbo é conjugado em diversos tempos verbais.

• AURÉLIO SÉCULO XXI

amar. [Do lat. *amare*.] **V. t. d. 1.** Ter amor a; querer muito bem a; sentir ternura ou paixão por: **☐** "Amo-te, é certo: adoro-te, confesso" (Humberto de Campos, *Poesias Completas*, p. 54); "Gostou amou Itana como artista e não como sábio." (Afonso Arinos de Melo Franco, *Amor e Romo*, p. 24); "O poeta Daniel amava em Francisco tudo: a corajosa, a beleza, a inocência e até o touro." (Machado de Assis, *Contos Recontados*, p. 18). **2.** Ter afeição, dedicação ou devoção a; gozar: **☐** amar a Deus; amar o próximo. **3.** Sentir prazer em; apreciar muito; gostar de: **☐** Amar o céu ao ar livre. **☐** "Amo a grandeza misteriosa e vasta" (Antônio de Quental, *Sonetos*, p. 19). **4.** Praticar; realizar o amor físico com; possuir. **5.** *Am.* Desejar, querer. **6.** *Am.* Preferir, escolher. *Int.* **7.** Ter amor; estar apaixonado: **☐** "Que ansia de amar! E não a amar me ensina" (Alberico de Oliveira, *Poesias*, II, p. 273); "Quem ama, ama só a igual, porque o

faz igual com amado." (Fernando Pessoa, *Poesias de Doutrina Esotérica*, p. 117). **8.** Ser propenso ao amor ou capaz de amar: **☐** Não sente, não odeia, não ama. **9.** Praticar o ato sexual. *P.* **10.** Experimentar (duas ou mais pessoas) um sentimento mútuo de amor, ternura, paixão: **☐** "em que escritura, divina ou humana, já foi dado como delito amarem-se duas criaturas?" (Machado de Assis, *Teatro*, p. 263). **11.** Praticar (duas pessoas ou animais) o ato sexual: **☐** "Bela-ma-nina! amemo-nos! espera!" (Olavo Bilac, *Poesias*, p. 181). **12.** Votar amor a si mesmo: **☐** "Amarmo-nos já o não consigo" (José Régio, *Mas Deus é Grande*, p. 53). [M.-q.-perf. ind.: *amara*, ... *amadramos*, *amadéis*, etc.; fut. pres.: *amarei*, *amarás*, ... *amareis*, etc.; pres. subj.: *ame*, *ames*, ... *ameia*, etc.; pret. imperf. ind.: *amava*, ... *amáveis*, ...; imperf. subj.: *amasse*, ... *amássemos*, *amásseis*, etc. Cf. *amaramos* e *amaramos*, do v. *amarar*; *amassemos* e *amasseis*, do v. *amassar*; *amáveis*, pl. de *amável*, e *ameia*, interj. e s. m.]

Entrada (sempre registrada em cor vermelha): **Amar**

Paradigma I:

1. [Do lat. *amare*.] (informação quanto à etimologia – *do latim*);
2. **v.t.d.** (categoria gramatical – *verbo transitivo direto*);
3. **O termo Cf.** indica um sistema de remissiva, enviando o consulente para outra unidade lexical que representa alguma similitude ou contraposição de significado:

amamos e amasse,... , amassemos e amasseis, do v. amassar; amáveis, pl. de amável, e amém interj. e s.m.

Paradigma P:

1. Os exemplos – funcionam como exemplificação do uso da palavra naquele significado. Nos casos em que aparece um símbolo em vermelho que lembra uma folha cortada no canto superior direito, tem-se os exemplos criados pelo próprio lexicógrafo: *ama a vida ao ar livre; não sente, não vibra, não ama...* É fundamental destacar que são apresentados exemplos para quase todas acepções, no entanto não há exemplos para as que fazem referência a amar como ato sexual: acepção 4 “Praticar, realizar o amor físico com; possuir”.

2. Consta o emprego de abonações. A abonação tem a mesma função do exemplo, mas é extraída de um texto literário ou de publicação periódica, ou de letra de música. Neste dicionário aparece ilustrada com um símbolo que lembra um livro aberto: *Amo a grandeza misteriosa e vasta (Antero de Quental); Que ânsia de amar! E tudo o amar me ensina (Alberto de Oliveira)*

Paradigma D:

Excetuando-se os elementos destacados anteriormente, todo o restante do enunciado lexicográfico pertence ao paradigma definitório. Consta doze acepções para o termo e também informações sobre a conjugação do verbo.

■ DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA

amar v. (1124 cf. JM³) 1 t.d. e pron. demonstrar amor a; sentir grande afeição, ternura ou paixão por <amava-o muito> <sempre se amaram> 2 pron. votar amor a si mesmo; prezar-se em excesso, ter demasiado amor-próprio 3 t.d. sentir grande devoção por; adorar <a. a Deus> 4 t.d. e pron. realizar o amor físico; praticar o ato sexual <amava-a todas as noites> <no motel, amaram-se durante a tarde inteira> 5 t.d. gostar muito de; ter inclinação para; apreciar <a. praticar esportes, trabalhar> 6 t.d. e pron. seguir 6 t.d. ant. ter dedicação por; honrar; venerar <a. a pátria> 7 t.d. fig. dar-se bem com; gostar <as plantas amam a chuva> 8 t.d. ant. ter desejo por; querer, apetecer 9 t.d. ant. manifestar preferência por, escolher ⊗ GRAM acp. 5 consid. gal. pelos puristas ⊗ ETIM lat. *amo, as, āvi, ātum, āre* 'amar, querer bem; fazer amor; estar apaixonado; ter uma amante; gostar de; amar com amizade, ter afeição; ver *am(a)-*; f.hist. 1124 *amar*, sXIII *amar*, sXIII *aamar* ⊗ SIN/VAR ver sinonímia de *adorar, afeiçoar(-se)* e *venerar* ⊗ ANT ver antonímia de *afeiçoar(-se)* e *venerar* ⊗ HOM *amo*(1^ap.s.) / *amo*(s.m.); *ama*(3^ap.s.), *amas*(2^ap.s.) / *ama*(s.f.) e pl.; *amara*(1^a3^ap.s.), *amaram*(3^ap.pl.), *amaras*(2^ap.s.), *amarem*(3^ap.pl.), *amares*(2^ap.s.), *amaremos*(1^ap.pl.) / *amara, amaram, amaras, amarem, amares, amaremos* (fl.amarrar); *amas*(2^ap.s.) / *Hamas*(top.); *amasse*(1^a3^ap.s.), *amassem*(3^ap.pl.), *amasses*(2^ap.s.) / *amasse, amassem, amasses*(fl.amassar) ⊗ PAR *amáramos*(1^ap.pl.), *amáreis*(2^ap.pl.) / *amamos, amareis* (fl.amarrar); *amássemos*(2^ap.pl.), *amássemos*(1^ap.pl.) / *amasseis, amassemos*(fl.amassar); *amem*(3^ap.pl.) / *amém*(adv.,interj. e s.m.)

Entrada (sempre registrada em cor preta): Amar

Paradigma I:

1. v. (categoria gramatical – *verbo*);
2. (1124 c.f. JM): é o campo da datação que se encontra entre parênteses onde é anotada a data do primeiro registro conhecido ou estimado da palavra, com indicação da fonte onde ocorre ou da primeira obra lexicográfica que a incluiu em sua nominata. Nesse caso, José Pedro Machado. *Dicionário etimológico da língua*.
3. t.d e pron. (informação gramatical: *verbo transitivo direto e pronominal*);
4. GRAM – informação estritamente gramatical: *acp. 5 consid. gal. Pelos puristas*;
5. ETIM lat. – indica a etimologia da palavra, especificamente nesse caso, *do latim*;
6. SIN/VAR: corresponde a *sinônimo variante*: *está* no final do enunciado lexicográfico, para aclarar contornos da definição dada, estendendo seus limites, oferecendo uma sinonímia: *adorar, afeiçoar*.
7. HOM: corresponde a *homônimos*: indica palavras de grafia idêntica, mas originárias de étimos diferentes: *amo(1ª p.s.)/ amo (s.m.)...*
8. PAR: corresponde a *parônimos*: indica dois ou mais vocábulos quase homônimos, que se diferenciam ligeiramente na grafia e na pronúncia: *amáramos (1ª p.pl.), amáreis (2ª p. pl.) / amaramos, amareis (fl.amarar); amem (3ª p. p.l.) / amém (adv. interj. e s.m.)*.

Paradigma P:

1. Exemplos: <amava-o muito.>; <no motel, amaram-se durante a tarde inteira>; <as plantas amam a chuva> ...: são exemplos de emprego da entrada.

Paradigma D:

Excetuando-se os elementos destacados anteriormente, todo o restante do enunciado lexicográfico pertence ao paradigma definitório. Comparecem nove acepções e várias informações sobre a conjugação do verbo.

3.5. Considerações Sobre o Caráter Discursivo da Microestrutura dos Dicionários

Segundo Horta Nunes (2006), ver o dicionário como um discurso implica em desestabilizar aquilo que aparece como certitude e explicitar os gestos de interpretação que subjazem às formulações dos verbetes. Tendo em vista que, na análise de um verbo, questiona-se a transparência dos sentidos, deter-nos-emos em compreender de

que modo esses verbetes têm a ver com a sociedade e com a história que envolvem o sujeito lexicográfico. Decorre que, na análise de um verbete, observamos uma imagem da sociedade, imagem construída parcialmente, que produz identificações, silenciamentos, apagamentos, acréscimos, exemplificações e que se projeta em um espaço de tempo. Logo, compreende-se que os enunciados lexicográficos são construídos como um reflexo de toda uma forma de dizer a sociedade.

Comparando-se um mesmo verbete constante tanto no *Aurélio Século XXI* quanto no *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa (1964)*, pode-se inferir que a inserção de termos em um dicionário e/ou a ampliação de seus respectivos significados é decorrente de mudanças materiais, sociais, históricas e culturais que acontecem na sociedade, evidenciando, portanto, que o efeito de sentido provocado pelo discurso dicionarístico é inerente às suas condições de produção.

No caso do verbete **democracia**, verifica-se que, apesar da divergência quanto a alguns elementos selecionados para compor o artigo lexicográfico em cada caso, os PD1 e PD2 que comparecem no *Aurélio Século XXI* repetem, quase integralmente, a definição do PDBLP. Compreende-se que a definição do termo no PDBLP, cuja edição data de 1964, é coerente com o momento político vivido pela sociedade brasileira. Marilena Chauí²¹ afirma que a defesa da democracia, em Estados capitalistas como o Brasil, emerge por volta de 1964, em um cenário político em que se evidenciam interesses de poder: “usavam do discurso da Democracia contra os totalitarismos de discursos sociais, e se equilibrava entre a opressão e a liberdade, a Ditadura e a Democracia”. Logo, definir democracia considerando-a apenas como sendo caracterizada, em sua essência, “pela liberdade do ato eleitoral, pela divisão dos poderes e pelo controle da autoridade...” (PDBLB) é compatível com o que se vinculava na sociedade à época.

Por outro lado, a ampliação do enunciado lexicográfico proposta pelo *Aurélio Século XXI*, PD3 e PD4, enfatizando a *democracia* como “regime político”, colocando

²¹ Disponível em: http://cdcc.usp.br/ciencia/artigos/art_24/demochau.html. Acesso em 31/12/10.

em cena “o povo, o proletariado”, ilustra um novo comportamento sócio-político. Esses elementos retratam um valor semântico para o termo que só é possível na atualidade quando, no cenário político, está em evidência uma política que opõe, incisivamente, autoritarismo de poder e democracia.

Algo semelhante ocorre com o artigo lexicográfico **mulher**. No PDBLP, constam apenas duas informações compondo o seu PD: *pessoa do sexo feminino* e *esposa*. Isto é, há uma redução do termo a uma função específica (esposa) e a mulher, no caso, não é considerada *ser humano*, tal como define o *Aurélio Século XXI*. Além disso, a maior parte dos elementos que compõem o enunciado lexicográfico no primeiro caso está voltada para o emprego popular do termo: *da comédia, da má nota, do mundo, vadia*. Tais sentidos, que parecem estar resguardados num valor moral e social pouco significativo que a mulher possuía à época, hoje, adquirem conotação altamente pejorativa e inconcebível.

Destaca-se, também, que o registro da entrada **mulher** proposto pelo *Aurélio Século XXI* permite identificar uma mulher totalmente diferente daquela mencionada no PDBLP. Além de *ser humano*, no PD5, tem-se: *Mulher dotada das chamadas qualidades e sentimentos femininos (carinho, compreensão, dedicação ao lar e à família, intuição)*. Trata-se de uma referência à mulher como importante figura para a constituição da família. Nos PD6 e PD8, verifica-se respectivamente: *A mulher considerada como parceira sexual do homem; amante, companheira, concubina*. Nesses casos, ainda que faça alusão ao papel sexual da figura da mulher, não se trata de uma *vadia*.

Ainda de acordo com o *Aurélio Século XXI*, no PD9, encontra-se *Mulher que apresenta os requisitos necessários para um determinado empreendimento, para um determinado encargo*. Isso sugere uma reatualização dos significados inerente às próprias mudanças que aconteceram na sociedade e, nesse caso, quanto ao valor que a mulher adquiriu fora do âmbito familiar, alcançando função de destaque no mundo corporativo. Essa imagem de mulher imersa no universo empreendedor comparece, também, no exemplo criado pelo próprio autor: *mulher de negócios* e na locução *Mulher da sociedade*. Dessa forma, considera-se inócuo não reconhecer o fato de que o

sujeito está imerso na história e produz discursos, conforme essa imersão. Esse pressuposto se configura já no nome que dá título à obra de Aurélio Ferreira: um dicionário que se propõe a ser a representação da língua no século XXI precisa assumir, nos sentidos que veicula, valores próprios a esse século.

Considera-se, conforme dito, que são os elementos, as figuras, as temáticas dos quais se utiliza o lexicógrafo que produzirão efeitos de sentido elucidados no próprio discurso e que se configuram como sua respectiva visão de mundo. E, portanto, estabelecer sentido aos respectivos discursos, isto é, compreendê-los significa apreender as suas várias possibilidades, estabelecendo relações (que produzem efeitos de sentido) com os diferentes processos de significação. Então, o ato de compreender não consiste necessariamente em atribuir sentidos, mas explicitar o modo como determinada manifestação discursiva produz sentidos.

Visto dessa forma, pode-se inferir que não há discurso que não produza efeito e o próprio trabalho da articulação dos elementos discursivos a serem utilizados é resultante de uma ação do sujeito interagindo com a língua e fornecendo condições de produção e de interpretação. Logo, o procedimento de análise discursiva, tal como o que se propõe neste estudo, requer fazer emergir os aspectos concernentes à forma de existência social dos sujeitos, considerando-se fatores linguísticos e ideológicos que dão sustentabilidade ao percurso interacional nas formações discursivas e na formação e transformação desses indivíduos e do grupo social no qual se encontram inseridos. Nessa perspectiva, concordamos com José Horta Nunes para quem

Definir uma palavra é atribuir uma unidade imaginária a uma porção do real, unidade que falha, desvanecendo-se logo e criando o desejo de complementação, de reformulação, de reedição, numa repetição que se desdobra na medida em que a história lhe dá lugar. (NUNES, 2006, p. 22)

Se o discurso veiculado pelo dicionário relaciona a língua com algo que lhe é exterior, constituindo-se como uma prática discursiva²², o verbete do dicionário deve ser considerado, então, como um acontecimento discursivo. Conforme Possenti (2004, p.

²² “[...] é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, numa dada época, e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa”. (FOUCAULT, 2008, p. 146)

18), o discurso é “como um tipo de sentido – um efeito de sentido, uma posição, uma ideologia – que se materializa na língua [...]”. Constitui-se pelo trabalho *com* e *sobre* os recursos de expressão que produzem determinados efeitos de sentido em correlação com o posicionamento e condições específicas de produção, para um determinado propósito do locutor dentro de situações reais de uso da linguagem. Isto é, o discurso evidencia, reforça e ao mesmo tempo é reforçado pela estrutura social. E produzi-lo significa continuar agindo com essa língua não apenas em relação ao interlocutor, o consulente do dicionário, mas também sobre a própria língua.

Seguindo o mesmo viés que o *Aurélio XXI*, o *Houaiss* apresenta um enunciado lexicográfico bastante ampliado para a entrada **democracia**. Embora sejam contemporâneos, observa-se neste último maior preocupação em trazer registros sobre o verbete: *d. direta, d. liberal, d. industrial, d. política, d. popular, d. representativa, d. econômica*. O fato de apresentar antônimos (*absolutismo, aristocracia, elitismo*), e exemplos criados pelo autor (*a d. venceu as eleições naquele país...*) demonstra uma diferente concepção de como deve ser constituído o sentido dos termos.

Outro aspecto significativo que pode ser destacado nos dois dicionários contemporâneos é a forma como lidam com os diversos campos de significado, o que revela a ação do lexicógrafo sobre a língua para provocar um dado efeito de sentido. Ao apresentar os diferentes significados para o termo **democracia**, ambos os autores recorrem à área das *Ciências Políticas*, campo semântico bastante valorizado na nossa sociedade. Com isso, identifica-se um traço da posição do lexicógrafo ao selecionar, entre as aplicações possíveis do termo, aquela que caracteriza sua abrangência e que, por conseguinte, evidencia para o leitor que ele está diante de algo completo e inquestionável.

Quanto aos elementos utilizados para definir **mulher**, o *Houaiss* apresenta um artigo lexicográfico bastante diversificado, no qual se verifica tanto elementos que remetem a uma imagem negativa da figura da mulher (*mulher-objeto; aquela que, tb., mediante pagamento, participa de encontro com fins sexuais...*) quanto informações que a definem de forma positiva e moderna: **mulher de negócios** *mulher que agencia*

transações comerciais e de investimento, contratos, acordos entre pessoas, entre empresas...

Ao veicular os valores de uma sociedade, pode-se dizer, conforme já discutido, que o dicionário constitui-se como discurso, que é, necessariamente, social, estruturado e reproduzido, sendo permeado pela interdiscursividade. Destaca-se que ele materializa-se como produto de determinadas formações discursivas que são produtos de determinadas formações ideológicas, resultantes do fato de que o homem está totalmente ligado aos valores históricos e culturais encontrados em sua sociedade. Essas formações ideológicas são os modos como cada grupo ou indivíduo vê e entende os fatos que ocorrem ao seu redor, ou seja, sua “visão de mundo” que é reproduzida pela linguagem. Esta, por sua vez, é conduzida pelos fatores ideológicos diferenciados nas práticas socioculturais, portanto, definida e estabelecida por produzir uma visão de mundo que impõe ao homem certo modo de distinguir a realidade.

[...] a linguagem condensa, cristaliza e reflete as práticas sociais, ou seja, é governada por formações ideológicas [...] é determinada é determinante, pois ela “cria” uma visão de mundo na medida em que impõe ao indivíduo uma certa maneira de ver a realidade, constituindo sua consciência [...] quando se diz que a linguagem reflete a realidade [...] que o espírito humano não é passivo e que sua função não consiste apenas em refletir a realidade. Isso significa que o discurso não reflete uma representação sensível do mundo, mas uma categorização do mundo [...] uma abstração efetuada pela prática social. (FIORIN, 2003, p. 54-55).

É importante salientar o registro do artigo lexicográfico **com** nas obras lexicográficas consultadas. Como não se trata de uma forma livre²³, o emprego desse termo indica que os dicionários não lidam apenas com vocábulos, mas sim com todas as unidades significativas da língua. No PDBLP, comparece apenas a informação de que a preposição *com* “indica diferentes relações”. Isso aponta para um contexto semântico do termo bastante simplista, certamente em função de os estudos gramaticais estarem, ainda, pautados em uma visão muito homogênea da língua. Se observamos o registro do

²³ Segundo Flavia de Barros Carone, “Formas livres são aquelas que podem constituir, isoladas, um enunciado suficiente para a comunicação”. (2004, p. 31) Na verdade, o *com* corresponde a uma forma dependente, isto é, “que nunca aparece isolada, mas pode aparecer ligada a outra que não é aquela que a condiciona, quando entre ela e a sua condicionante se intercalam livremente outras formas”. (CAMARA JUNIOR, 2001)

termo no *Aurélio Século XXI*, isso parece bem evidente. Supõe-se que a utilização dos valores sintáticos do *com* na composição da sua definição só se torna possível como resultado dos avanços no estudo da gramática da língua portuguesa sob diferentes perspectivas. Tal perspectiva é comprovada no registro desta entrada proposto pelo *Houaiss*, que embora não siga a mesma estrutura do *Aurélio Século XXI*, também apresenta diversos elementos que conduzem à apreensão de sentido a partir das variadas realizações da acepção.

Quanto ao verbete **amar**, selecionado na composição do *corpus* desta pesquisa, optamos por utilizá-lo com um objetivo bastante específico: verificar que, a partir dos exemplos que compõem o PP, especialmente dos dois dicionários contemporâneos, aparecem manifestas as vozes da sociedade, além de um trabalho visivelmente seletivo do sujeito lexicográfico e, portanto, evidenciando sua subjetividade, o que corrobora com o nosso propósito de compreender o dicionário como discurso.

Considerando a improbabilidade de se conceber o ato de comunicação em que o falante, em cada circunstância, busque dentro de si a sua própria palavra, torna-se evidente a forma como o discurso lexicográfico explicita os diversos discursos oficializados e impregnados na sociedade. Ou seja, podem ser percebidas as vozes provenientes de diferentes formações sociais. Ao lançar mão dessas vozes, parece acreditar que algumas delas são mais plausíveis do que outras e, como deseja colocar-se de uma forma específica face ao seu ouvinte, reúne, para o seu discurso, aquelas que verdadeiramente estejam a serviço das suas intenções.

Acerca da seleção dos exemplos que compõem o enunciado lexicográfico **amar**, podemos ressaltar, conforme discutido anteriormente, o fato de que a linguagem deve ser encarada como forma de ação, configurando-se como um processo sócio-histórico contínuo de produção de sentidos e apresentando-se como um espaço privilegiado de manifestação das diversas vozes que constituem os discursos circundantes da sociedade. Nesse caso, apresenta-se como réplica da própria vida social e, de maneira recursiva, é identificada na ação entre interlocutores, entre diferentes sujeitos sociais que lançam mão da palavra para representá-la ou para resignificá-la. Ao reproduzir em seu discurso o discurso do outro – no caso o discurso literário – Ferreira, no *Aurélio Século XXI*,

coloca em prática esse aspecto da linguagem, isto é, produz um enunciado que funciona como réplica da sociedade na qual ele – o enunciador e o leitor – o consulente do dicionário estão inseridos.

Os exemplos, nesse caso, apresentam-se como imprescindíveis de modo que a fronteira entre eles e a definição é quase imperceptível. Ou seja, definição e exemplo se imbricam de tal forma que o exemplo passa a constituir o discurso lexicográfico *Amar*. [Do lat. *amare*.] **V. t. d. 1.** *Ter amor a; querer muito bem a; sentir ternura ou paixão por: “Amo-te, é certo, adoro-te, confesso” (Humberto de Campos, Poesias Completas, p. 54); “Goethe amou Roma como artista e não como sábio.” (Afonso Arinos de Melo Franco, Amor a Roma, p. 24); “O poeta Daniel amava em Francisca tudo: o coração, a beleza, a mocidade, a inocência e até o nome.” (Machado de Assis, Contos recolhidos, p. 13). “Amo a grandeza misteriosa e vasta” (Antero de Quental, Sonetos, p. 73) [...].* Verifica-se que não há fronteira delimitando o que faz parte da definição do que pertence ao exemplo (apenas as aspas indicam que se trata de um interdiscurso) no primeiro significado apresentado para esse verbo. Isso revela a importância do exemplo para a composição do verbete dicionarístico como complemento de compreensão.

Logo, se os exemplos constituem-se como elemento fundamental na composição de um verbete, então há necessidade da seleção de quais vocábulos, sintagmas e frases serão utilizados para ilustrar os sentidos veiculados. É nesse momento que não se pode desconsiderar o posicionamento do sujeito lexicográfico, que certamente irá selecionar aqueles dados que darão suporte ao seu discurso conforme a intenção de provocar no consulente a impressão de que houve uma rigorosa seleção de exemplos e, portanto, seu trabalho dever ser devidamente respeitado. No caso do verbo *amar*, cujos exemplos foram destacados anteriormente (no dicionário *Aurélio Século XXI*), verifica-se que, excetuando-se alguns exemplos criados pelo próprio autor, todos os demais foram extraídos de obras literárias, escritas por autores brasileiros e especialmente portugueses, isto é, textos que já possuem certo prestígio na nossa sociedade: “*Tudo à morte anda sujeito*” (José Albano, *Rimas*, p. 28) “*Deixara sua casa e filho único sob a vigilância de um irmão clérigo, sujeito de clara fama e varão doutíssimo.*” (Camilo Castelo Branco, *O Bem e o Mal*, p. 39); “*Dinheiro corria como água da serra; qualquer sujeito tinha contos de réis.*” (Afrânio Peixoto, *Burquinha*, p. 173”).

Nessa perspectiva, os estudos de Bakhtin (1997) exercem extrema relevância para as intenções pretendidas com este estudo, pois trarão à tona discussões valiosas como a de um sujeito que se instaura *na e pela* linguagem; um sujeito que expressa a exterioridade e a presença do outro na constituição do discurso. Portanto, numa perspectiva bakhtiniana, compreende-se que os discursos (ou enunciados, conforme o próprio Bakhtin) são polifônicos. Ou seja, “estão repletos de palavras dos outros, caracterizadas, em graus variáveis, pela alteridade e pela assimilação, caracterizadas, também em graus variáveis, por um emprego consciente e decalcado” (2000, p. 314).

Nos exemplos destacados pelo *Aurélio Século XXI*, verifica-se outro aspecto que corrobora o nosso entendimento de que os verbetes dicionários devem ser vistos como construtos discursivos e, portanto, polifônicos. Se consideramos os sintagmas e frases *amar a Deus; amar o próximo; amo a vida ao ar livre; Esta decisão é sujeita a futura reformulação; É um sujeito sem moral*, percebemos a presença do discurso da sociedade aqui representado. Podemos observar que nesses casos, há um discurso revelador de um posicionamento pautado em valores sociais nobres: *amar a Deus, o próximo, a vida ao ar livre* são atitudes que revelam um sujeito “do bem” e, por isso, o consulente se identifica com o que lê. Da mesma forma, a frase *Esta decisão é sujeita a futura reformulação* aponta para uma hipotética situação em que alguém apresenta seu veredicto, mas aceita que pode haver aceitação da opinião do outro para que decisão seja reformulada. Na frase *É um sujeito sem moral*, ocorre o mesmo tipo de posição: alguém apresenta repulsa a outrem por ter algum comportamento amoral. Visto dessa forma, infere-se que, ao ilustrar os lemas selecionados com exemplos reveladores de um posicionamento moralizante, o lexicógrafo reconstrói vozes da sociedade na qual está inserido e, em decorrência disso, podemos afirmar que há “um sujeito que se instaura *na e pela* linguagem.

3.6 Nota Editorial e Prefácios²⁴

²⁴ Utilizaremos trechos da nota editorial e dos prefácios do *Aurélio Século XXI* como *corpus* para analisar outros aspectos do caráter discursivo do dicionário bem como a concepção de língua que a obra lexicográfica evidencia.

Tendo em vista que, comumente, um texto, independentemente de sua funcionalidade e objetivos, aparece ornamentado, reforçado e acompanhado por paratextos²⁵ diversos, em se tratando dos prefácios, destaca-se que podem ser um trabalho realizado tanto pelo autor da obra quanto por um crítico. Discorrendo sobre os prefácios das obras de arte, especialmente no campo literário, César Giusti (2009) afirma que os prefácios possuem um valor de realização que se pode julgar autônomo, no que concerne à totalidade da obra em que estão inseridos. Assim, “o autor recorre ao prefácio a fim de determinar: o conhecimento intencional depositado no material literário; o elenco de técnicas aí atuantes; seus procedimentos práticos; sua função de realização no todo ou em partes da obra” (GIUSTI, p. 1) e, por conseguinte, acaba manifestando seu grau de consciência literária. (Trechos desses prefácios foram selecionados e serão analisados na sequência deste estudo, encontrando-se integralmente nos anexos).

Considerando-se a função enunciativa discursiva dos dicionários, tomamos aqui para o estudo das condições de sua produção, os prefácios (do *Aurélio Século XXI* mesmo que insuficientes) porque trazem a posição dos colaboradores situados na história em um contexto específico. Visto dessa forma, infere-se que, compreender o dicionário em sua singularidade histórica, é considerar que ele “nunca é completo e nem reflete diretamente a realidade, pois corresponde a uma projeção imaginária do real: de um público leitor, de uma concepção de língua e de uma sociedade”. (NUNES, 2006, p. 20).

Nessa perspectiva, podemos ressaltar o que afirma Pêcheux em *Semântica e Discurso* acerca do sujeito discursivo:

A interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apóia-se no fato de que os elementos do interdiscurso [...] que constituem, no discurso do sujeito, *os traços daquilo que o determina*, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito. (p. 150) (grifos do autor)

²⁵ Segundo César Giusti, o paratexto é aquilo que permite que o texto se torne um livro e seja oferecido enquanto tal para seus leitores e para o público de um modo geral, incluindo-se aí um certo número de produções, verbais ou não, tais como o nome do autor, um título, um prefácio, a nota editorial e as ilustrações.

Dessa forma ressalta-se o fato de que todo processo discursivo supõe a existência um sujeito que assim se constitui pela sua inserção em uma dada formação discursiva, conseqüentemente pela sua identificação com uma dada formação imaginária. Assim, torna-se possível reconhecer, nos discursos, os lugares que os locutores atribuem a si, ao outro, a imagem que fazem do seu lugar e do outro. No caso do prefácio do dicionário em estudo, podemos considerar a referência à imagem do público leitor, do dicionário e da língua nos enunciados proferidos pelo seu elaborador, conforme se observa nos seguintes trechos do prefácio à primeira edição e à segunda edição respectivamente:

Pretendeu-se fazer um dicionário médio, ou inframédio, etimológico, com razoável contingente vocabular (bem mais de cem mil verbetes e subverbetes) **atualizado** (dentro dos seus limites), atento não só à língua dos escritores (muito especialmente os modernos, mas sem desprezo, que seria pueril, dos clássicos), senão também à língua dos jornais e revistas, do teatro, do rádio e televisão, ao falar do povo, aos linguageiros diversos – regionais, jocosos, depreciativos, profissionais, girescos... (grifos nossos)

Oferecemos ao leitor a 2ª edição do *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, atualizada, totalmente revista e 35% mais copiosa que a primeira. O número de autores e de obras citadas em abonações elevou-se, respectivamente, a cerca de mil e duas mil. Novos colaboradores, e novas matérias, como, por exemplo, Informática, Teoria Literária, Comunicação, Genética, foram introduzidas.

Observamos que, para Aurélio (autor dos dois prefácios), o dicionário deve representar um “razoável contingente vocabular, atualizado atento não só à língua dos escritores senão também à língua dos jornais e revistas, do teatro, do rádio e televisão, ao falar do povo, aos linguageiros diversos”, contendo “novos colaboradores, e novas matérias, como, por exemplo, Informática, Teoria Literária, Comunicação, Genética”. Desse modo, pressupõe-se que o dicionário deve se aproximar, dentre outros, do uso geral e da linguagem cotidiana. Nesse momento, percebem-se as evidências de que já ficam estabelecidos os critérios adotados pelo lexicógrafo para a elaboração e a composição da nomenclatura do dicionário, a saber: o uso geral, a atualidade, a literatura, a ciência, a tecnologia. Segundo Rey Debove (1983), não só o léxico nos proporciona uma imagem do mundo, mas que nesta imagem do mundo está incluída uma imagem da língua. O léxico é testemunha dos conhecimentos, da mitologia e da ideologia de uma civilização.

Além disso, destaca-se ainda que escrita de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, ao prefaciar a primeira edição do seu dicionário, permite afirmar que o lexicógrafo, a fim de garantir a credibilidade e evitar a imagem de um discurso fragilizado e apenas pessoal, tem como referência “autores, dos mais desvairados gêneros”, colocando-se na mesma condição daqueles que “lutam com as palavras: os escritores, os Drummonds...” e prioriza a fuga a eventuais erros, isto é, “corrigiram-se muitos e muitos cochilos do Vocabulário Ortográfico de 1943”. Assim, a imagem que se adquire do lexicógrafo é constituída pela forma como representa a sua própria visão do fazer dicionarístico, causando no interlocutor, possivelmente o consulente do dicionário, uma imagem positiva da obra, por meio de um confronto simbólico com o posicionamento sócio-político e ideológico.

Compreende-se, então, que o sentido não é dado previamente nem existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo discursivo. Isto é, a imagem constituída de um bom lexicógrafo é de alguém que trabalha a partir do interior do interdiscurso, trazendo para a obra as vozes daqueles que, autorizados pela própria sociedade, podem contribuir para a manutenção do *status* de “representação correta do verdadeiro português” e para a manutenção da unidade da língua. Esse aspecto está intimamente ligado ao fato de que as pessoas falam e ouvem de maneira socialmente determinada, como membros de determinadas categorias sociais e que as representações que constroem do mundo, certamente, refletem e reconstroem uma visão bastante peculiar dessa realidade.

Com isso, compreende-se, de certa forma, que o lexicógrafo pressupõe um conhecimento prévio de literatura por parte do leitor, reconhecendo-a como produtora de discursos oficializados pela sua associação à norma culta – variante de prestígio – e pelos sentidos que veicula. Podemos referenciar tal posicionamento ao que foi denominado por Maingueneau (1997, 2008) de *ethos*²⁶ discursivo, intrinsecamente ligado ao ato de enunciação. Nessa perspectiva, embora não apareça dito no enunciado,

²⁶ “Termo emprestado da retórica antiga, o **ethos** designa a imagem de si que o locutor constrói em seu discurso para exercer uma influência sobre seu alocutário. Essa noção foi retomada em ciências da linguagem e, principalmente, em análise do discurso, em que se refere às modalidades verbais da apresentação de si na interação verbal”. (CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D., 2008, p. 220)

o *ethos* deve ser percebido e se elabora a partir de elementos provenientes de uma percepção complexa por parte dos interactantes no processo discursivo que tiram suas informações do material linguístico utilizado. Para a abordagem que estamos propondo nesta análise, a noção de *ethos pré-discursivo*, isto é, o *ethos* prévio, que precede à construção da imagem no discurso é fundamental.

No momento em que se apossa da palavra, o locutor – o sujeito lexicográfico – aciona, inevitavelmente, uma imagem do seu ouvinte e, conseqüentemente, da maneira pela qual será percebido. A fim de garantir sucesso a partir de suas intenções com o projeto argumentativo que efetua, o falante, segundo Amossy (2005, p. 125), “avalia o impacto sobre seu discurso atual e trabalha para confirmar sua imagem, para reelaborá-la ou transformá-la e produzir uma impressão”, conforme suas intenções. Portanto, dependendo dos papéis desempenhados num determinado contexto de comunicação, o enunciador constrói algumas imagens sobre si mesmo e sobre o outro conforme os objetivos de sua enunciação. Infere-se, portanto, que é de fundamental importância a identificação de determinadas representações sociais, construídas *no e pelo* discurso na produção dos enunciados das definições que compõem os verbetes de um dicionário.

A abordagem que se configura aqui concebe o sujeito como uma entidade que não pode ser vista de forma unívoca e centralizadora do processo discursivo. Isto é, um sujeito analisado sob o prisma de um caráter dialógico, agindo de modo estratégico e criativo sobre a linguagem e, conseqüentemente, valendo-se da instabilidade dos sistemas lingüísticos. Logo, sua criatividade está na maneira como (re)organiza, (re)constrói o mundo e, por esse motivo, há uma estreita relação entre as escolhas que estabelece para constituir seu discurso e o próprio sujeito enunciador. Pode-se inferir, portanto, que o sujeito não constrói o discurso, apenas o organiza, pois, uma vez que ele não é a origem do discurso, o produz sempre em condições dadas, pré-estabelecidas, ou seja, o discurso produzido é, na verdade, “já-dito”.

No prefácio à terceira edição do *Aurélio* (assinado por Marina Baird Ferreira e Margarida dos Anjos), encontra-se a seguinte afirmação: “Um dicionário é, por excelência, uma obra dinâmica. A expansão da informação, nos dias atuais, é constante, e, conseqüentemente, o surgimento de novas tecnologias; a língua se modifica por

exigência das várias áreas científicas, literárias, etc., e ainda pela boca do povo”. Considerando a inserção de tal afirmação no plano discursivo, destaca-se que as estratégias e os elementos selecionados pelo sujeito que se instaura do interior da enunciação são responsáveis pelos efeitos de sentido daí decorrentes. Logo, partindo do fato de que, “as pessoas usam e partilham a língua tão bem precisamente porque ela é um sistema em constante interação com seus conhecimentos partilhados sobre o seu mundo e sua sociedade” (BEAUGRAND, 1997, *apud* MARCUSCHI, 2008, p. 81), compreende-se que o enunciador, utilizando-se de recursos linguísticos e afetado pelo desejo de parecer verossímil, produz argumentos em concordância com os discursos vigentes, em suas relações histórico-política-ideologicamente determinadas.

Retomando a noção de paratopia, proposta por Dominique Maingueneau (2006) para analisar a obra literária, que aparece discutida na segunda parte deste estudo, podemos apontar a nota editorial do dicionário como sendo um discurso em que se evidencia uma difícil negociação entre o lugar e o não-lugar ocupado pelo lexicógrafo. Isto é, o discurso dicionário (do mesmo modo que a literatura, configurando-se como um discurso constituinte), “pode ser comparado a uma rede de lugares na sociedade, mas não pode encerrar-se verdadeiramente em nenhum lugar” (MAINGUENEAU, 2006, p. 92). Visto dessa forma, destaca-se que qualquer discurso é um fenômeno localizado, uma vez que parte de um local, de um sujeito situado em um dado lugar e em um dado tempo. Tal situação se manifesta, por exemplo, no desejo de parecer original e inovador com a obra que propõe (Verdadeiro código da língua falada e escrita no Brasil e mesmo nos demais países de língua portuguesa, o *Dicionário Aurélio* é, às vésperas do século XXI e do terceiro milênio, o principal herdeiro e atualizador da linhagem lexicográfica [...]) e ao mesmo tempo, reconhecer o dicionário como o lugar da reprodução de discursos aceitos e estabilizados pela sociedade ([...] especialistas das diversas áreas do conhecimento passaram a municiar a equipe de lexicógrafos do *Aurélio* com novos verbetes e usos das palavras).

Pode-se destacar, ainda, que, com base nas análises aqui implementadas, o dicionário configura-se como veículo de um discurso de autoridade, constituindo-se como legitimador do léxico, normativo, oficializando as entradas como se propusessem

sua certidão de nascimento. Logo, compreende-se que o dicionário produz e veicula discursos e o faz de forma normativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trajeto por nós percorrido na produção desta pesquisa esteve pautado, sobretudo, numa perspectiva da lexicografia discursiva, constatando que a enunciação implementada e manifesta no dicionário de língua geral é resultante do gesto interpretativo do enunciador-lexicógrafo nas definições das palavras-entrada, que evoca uma multiplicidade de vozes. Tais vozes, isto é, a polifonia do discurso lexicográfico está relacionada à produção de determinado efeito de sentido como produto de uma determinada inserção social, histórica e política. Desse modo, o dicionário se configura como o lugar em que os discursos, ao mesmo tempo, se cruzam, se deslocam e se legitimam. Segundo Carmen Agustini (2006, p. 91), “o dicionário recorta e reflete diferenças ideológicas na dispersão de sentidos que movimenta e legitima”.

Na voz do enunciador-lexicógrafo, comparecem outras vozes que corroboram a afirmação dos discursos oficializados na comunidade linguística, tais como o científico, o religioso, o político, o moral etc., produzindo um efeito de neutralidade e garantindo veracidade e autoridade à obra lexicográfica. Assim, ver o dicionário como discurso consiste em reconhecer nele o lugar de registro dos saberes em circulação em uma sociedade, compreendendo, a partir da materialidade dos textos que compõem as definições das entradas e dos prefácios, o agir dos sujeitos lexicográficos sobre a língua, confirmando a idéia de que os sentidos sempre podem ser outros e provenientes dos outros. Para José Horta Nunes (2006, p. 243),

A confrontação dos dicionários em um corpus, a remissão deles a determinadas conjunturas históricas, a descrição dos momentos de continuidade, de ruptura, de transformações de sentidos, nos permitem compreender melhor a singularidade de cada um, bem como os fios intertextuais e interdiscursivos que os unem e os limites que os separam.

A nosso ver, somente em decorrência de se tomar o dicionário como discurso, torna-se possível viabilizar análises que permitam explicitar a relação entre sujeito e história no fazer lexicográfico, tendo em vista que, na explicação dos sentidos possíveis e materializados em uma palavra-entrada, as condições sócio-históricas em que tais se sentidos se constituíram são evidenciadas. Logo, considera-se o lexicógrafo como intérprete de uma língua, de sociedade e de uma cultura.

Conforme apontado na terceira parte deste trabalho, na análise que propusemos das informações provenientes do interior de alguns artigos lexicográficos, os dicionários apresentam uma ordem de prioridades para os paradigmas que materializam de acordo com a época em que são produzidos e em consonância com os valores considerados mais nobres para naquele momento e para aquela sociedade.

Acreditamos que somente na perspectiva discursiva é possível investigar as características dos exemplos que compõem o corpo da microestrutura dos dicionários, bem como os elementos ideológicos que os constituem e os efeitos de sentido por eles provocados, além das relações interdiscursivas entre os verbetes tanto nas obras contemporâneas (*Aurélio XXI e Houaiss*) quanto no dicionário publicado em época distinta (*PDLP*). Destaca-se, ainda, que tais valores, de acordo com o que discutimos na última parte deste estudo, encontram-se evidenciados também nos prefácios, quando outras vozes são explicitamente invocadas.

Nesse sentido, lançamos mão, mais uma vez, das palavras de Agustini (2006) para concluir esta pesquisa:

a tomada do dicionário como discurso abre, portanto, caminhos possíveis para se pensar (1) a relação assimétrica entre os sentidos (des)legitimados socialmente pelos dicionários e (2) a necessidade de se considerar na produção dos instrumentos lingüísticos as propriedades linguísticas e discursivas da palavra. (p. 92)

Esperamos, por conseguinte, ter contribuído para uma reflexão acerca do caráter discursivo dos dicionários, desmitificando a ideia de que a palavra em situação dicionária encontra-se isolada e estanque no poço dela mesma. Na perspectiva aqui adotada, a unidade lexical veiculada pelo dicionário é apenas um elemento na teia discursiva, constituindo-se, simultaneamente, como matéria-prima e como produto das vozes sociais.

REFERÊNCIAS

- AGUSTINI, Carmen. Reflexões em torno de uma lexicografia discursiva. In: MARTINS, E. S.; CANO, W. M.; MORAES FILHO, W. B. (orgs.) *Léxico e morfofonologia: perspectivas e análises*. Uberlândia: EDUFU, 2006.
- ALVES, I. M.; ISQUERDO, A. N. (orgs.) *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: UFMS, 2007.
- AHUMADU, Ignacio Lara. *Aspectos de lexicografía teórica*. Granada: Universidade de Granada, 1989.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- _____. (VOLOCHINOV). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 2004.
- _____. *Questões de Literatura e de Estética: A Teoria do Romance*. 4 ed. Editora UNESP –HUCITEC: São Paulo, 1998.
- BARBOSA, M. Aparecida. *Da microestrutura de vocabulários técnico-científicos bilíngües: para um microsistema terminológico de ecologia e meio ambiente*. Simpósios de RITerm – Actas 1988 – 2002. Disponível em: <<http://www.riterm.net/actes/4simposio/barbosa.htm>>. Acesso em 15 de dezembro de 2010.
- _____. *Dicionário, vocabulário, glossário: concepções*. In: ALVES, I. M. (Org.). *A constituição da normalização terminológica no Brasil*. 2 ed. São Paulo: FFLCH/CITRAT, 2001.
- _____. *Estrutura, Funções e Processos de Produção de Dicionários Terminológicos e Multilíngües*. Revista do Gelne. Ano 1, nº 2, 1999. Disponível em: http://www.gelne.ufc.br/revista_ano1_no2_08.pdf. Acesso em: 18 de dezembro de 2011.
- BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral I*. Campinas-SP: Pontes Editores, 2005.
- BIDERMAN, M. T. C. *A formação e a consolidação da norma lexical e lexicográfica no português do Brasil*. In: NUNES, J. H. e PETTER, M. (orgs.) *História do saber lexical e constituição do léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Pontes, 2002.
- _____. *A ciência da Lexicografia*. Alfa, São Paulo, 28 (supl.). p. 1-26, 1984.
- BORBA, Francisco da Silva. *Uma introdução à Lexicografia*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- BRAIT Beth (org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. 4 ed.. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. *Bakhtin: outros conceitos-chave*. 4 ed.. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 2 ed. São Paulo: Campinas, 2004.

BUENO, Rejane Escoto. *Desenho da microestrutura em um dicionário monolíngüe de espanhol para estudantes brasileiros: o tratamento da valência verbal*. Porto Alegre: UFRGS. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/11397>>. Acesso em: 28 de set. 2010.

CAMARA JUNIOR, J. M.. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

CARONE, Flávia de Barros. *Morfossintaxe*. São Paulo: Ática, 2004.

CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e Discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.

CORREIA, Margarita. *Versão portuguesa Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa: um dicionário do português europeu? In: Miyares, Leonel Ruiz, Alex Muñoz Alvarado & Célia Alvarez Moreno (eds.). Actas – X Simpósio Internacional de Comunicación Social Santiago de Cuba (Santiago de Cuba, 22-26 de Janeiro de 2007), Santiago de Cuba, Centro de Linguística Aplicada, pp. 270-274. Disponível em: <<http://www.iltec.pt/pdf/wpapers/2007-mcorreia-cuba.pdf>>. Acesso em 20 de dezembro de 2010.*

DEBOVE, Josette Rey. *Léxico y diccionario*. In: POTTIER, Bernard. *El lenguaje Diccionario de Linguística*. Bilbao: Ediciones Mensajero: 1983. Disponível em: <<http://search.4shared.com>>. Acesso em: 20 de novembro de 2010.

DICIONÁRIOS, Divulgação de. Disponível em: <<http://www.ibilce.unesp.br/~horta/dicionario/>> Acesso em: 20/12/2010.

HOUAISS, Instituto Antônio. *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

DUBOIS; J.; DUBOIS, C. *Introduction à la Lexicographie: Le dictionnaire*. Librairie Larousse, 1971.

EZQUERRA, Manuel Alvar. *Los diccionarios bilingües: su contenido*. In: *Linguística Española*. Actual Madrid: Arco Libros, 1981. Disponível em: <<http://search.4shared.com>>. Acesso em: 12 de novembro de 2010.

_____. *Lexicografia Descritiva*. Barcelona: Vox-Bibliograf. Disponível em: <<http://search.4shared.com>>. Acesso em: 20 de novembro de 2010.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FINATTO, M. José Bocorny. *Da Lexicografia Brasileira (1813-1991): Tipologia microestrutural de verbetes substantivos*. Porto Alegre: UFRGS. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1982. Disponível em: <WWW.ufrgs.br/ppglettras/defesas/2007/REJANEBUENO.pdf>. Acesso em 15 de nov. de 2010.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e Ideologia*. 7 ed. São Paulo: Ática, 2003.

_____. (org.) *Introdução à Linguística II*. Princípios de análise. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

FLORES, V. N. & TEIXEIRA, M. *Introdução à Lingüística da Enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Problematização do Sujeito: psicologia e psiquiatria*. Vol. I Tradução de Dits et écrits: Vera Lucia Avelar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

_____. *A Arqueologia do Saber*. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. *A ordem do discurso*. 18 ed. Edições Loyola: São Paulo, 2009.

_____. *Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. Vol. II. Tradução de Dits et écrits: Manoel Barros de Motta. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FROMM, Guilherme. *Obras lexicográficas e terminológicas: definições*. Disponível em: <<http://www.ileel.ufu.br/guifromm/upload/obraslexicograficaseterminologicasdefinicoes.pdf>>. Acesso em 28/12/2010.

FURLANETTO, Maria Marta; SOUZA, Osmar de. (orgs.) *Foucault e a autoria*. Florianópolis: Insular, 2006.

GIACOMINI, Ilíada Giovana. *Análise Discursiva dos Prefácios das duas primeiras Edições Portuguesas do Dicionário de Caldas Aulete*. UNESP – São José do Rio Preto. Disponível em: <http://www.ibilce.unesp.br/~horta/dicionario/texto>. Acesso em: 10 de dezembro de 2010.

GIUSTI, CÉSAR. *Teoria e Prática dos Prefácios: um estudo sobre Tutaméia*. Disponível em: <<http://vbookstore.uol.com.br/index.shtml>>. Acesso em 10 de dez. de 2010.

GREGOLIN, M. R. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos & duelos*. São Paulo: Ed. Claraluz, 2006.

HAENSCH, Gunther. *Los diccionarios del español en el umbral del siglo XXI*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1997. Disponível em: <<http://search.4shared.com>>. Acesso em: 12 de novembro de 2010.

HAENSCH, G; WOLF, L.; ETTINGER, S.; WERNER, R. *La Lexicografía: de la lingüística teórica a la Lexicografía Práctica*. Madrid: Gredos, 1982.

HOUAISS, Instituto Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

ISQUERDO, Aparecida Negri. *Lexicografia e Geolinguística: interfaces*. In: MARTINS, E. S.; CANO, W. M.; MORAES FILHO, W. B. (orgs.). *Léxico e morfofonologia: perspectivas e análises*. Uberlândia: EDUFU, 2006.

KRIEGER, Maria da Graça. *Tipologias de dicionários: registros de léxico, princípios e tecnologias*. Calidoscópico. Vol. 04, n. 3, p. 141-147. Unisinos, 2006. Disponível em: <http://www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/images/stories/pdfs_calidoscopio/vol4n3/art02_krieger.pdf> Acesso em 15 de nov. de 2010.

MACHADO, Roberto. *Foucault, a filosofia e a literatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em Análise do Discurso*. São Paulo: Pontes, 1997.

_____. *O contexto da obra literária*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. *Discurso Literário*. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. *Gênese dos discursos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. *Cenas de Enunciação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MUSSALIM, Fernanda. *Análise do Discurso*. In: MUSSALIN, F. e BENTES, A. C. (orgs.) *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. Vol. 2. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MUSSALIN, F. e BENTES, A. C. (orgs.) *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. Vol. 1, 2, 3. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

NORMAS ABNT. Disponível em: <http://www.abnt.org.br/downloads/conheca_abnt/historico>. Acesso em: 14 de dezembro de 2010.

NUNES, J. H. *Dicionários no Brasil – Análise e História da Século XVI ao XIX*. São Paulo: Pontes, 2002.

_____. *Prefácios de Dicionários: as imagens do leitor*. UNESP – São José do Rio Preto. Disponível em: <http://www.ibilce.unesp.br/~horta/dicionario/texto>. Acesso em: 10 de dezembro de 2010.

_____. *Dicionarização no Brasil: condições e processos*. In: NUNES, J. H. e PETTER, M. (orgs.) **História do saber lexical e constituição do léxico brasileiro**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Pontes, 2002.

MALDIDIER, Denise. *A Inquietação do Discurso: (Re) ler Michel Pêcheux Hoje*. Campinas: Pontes, 2003.

ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas-SP: Pontes, 2003.

PÊCHEUX M. *Discurso: Estrutura ou acontecimento*. Campinas: UNICAMP, 2004.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas-SP: Ed. UNICAMP, 2009.

PEQUENO DICIONÁRIO BRASILEIRO DE LÍNGUA PORTUGUESA. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S/A, 1964.

PERINE, Mário A. *Gramática descritiva do Português*. 4 ed. São Paulo: Ática, 2004.

Revista Tempo Brasileiro. *O homem e o discurso: A arqueologia de Michel Foucault*. Tempo Brasileiro: Rio de Janeiro, 1971.

SILVESTRE, J. P. *Bluteau e as Origens da Lexicografia Moderna*. Coleção: Filologia Portuguesa, 2009.

VILAS BOAS, Crisoston Terto. *Para ler Michel Foucault*. 2 ed. Eletrônica, 2002.

WELKER, Herbert Andreas. *Dicionários: uma pequena introdução à Lexicografia*. Brasília: Thesaurus, 2004.

VERDELHO, Telmo. *Dicionários Portugueses, breve história*. In: NUNES, J. H. e PETTER, M. (orgs.) **História do saber lexical e constituição do léxico brasileiro**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Pontes, 2002. Disponível em: http://clp.dlc.ua.pt/Publicacoes/Dicionarios_breve_historia. Acesso em: 10 de outubro de 2010.